



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA TAYNARA DO ROSARIO SILVA

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: uma análise a partir do estágio curricular obrigatório na
área da saúde

São Cristóvão – 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA TAYNARA DO ROSARIO SILVA

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: uma análise a partir do estágio curricular obrigatório na
área da saúde

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

São Cristóvão – 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA TAYNARA DO ROSARIO SILVA

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: uma análise a partir do estágio curricular obrigatório na
área da saúde

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^aMa. Clara Angélica de Almeida Santos Bezerra(Examinadora)
Universidade Tiradentes

Lívia Roberta Silva Teles Costa (Examinadora)
Universidade Federal de Sergipe

*Dedico este trabalho ao meu irmão Tiago,
por todo apoio e incentivo dispendidos a mim.*

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento tão temido e esperado, e aqui estou para dizer que *venci*, mas ele não seria tão especial se não fosse rodeado de pessoas especiais que sempre estavam ali elogiando, mostrando os erros e puxando a orelha. Primeiramente quero agradecer a *Deus* que me permitiu saúde e coragem para superar as dificuldades.

Aos meus pais por todos os sacrifícios feitos para que eu chegasse até aqui, por todo amor e dedicação incondicional, minha mãe *Maria Francisca* a mulher mais incrível e guerreira dessa vida, que não mediu esforços para criar como gostava de dizer seus “sete dons do espírito santo”. Meu pai *José*, que nunca se deixou abater pelos apertos da vida, não estudou, mas fez questão que todos os seus filhos estudassem.

Aos meus irmãos *Marcos, Diego e Tiago*, pelo amor e estímulo dedicados. A minhas irmãs *Aparecida* (minha mãe-irmã), que na maior parte da sua vida se abdicou para garantir que nós, as mais novas tivéssemos o que a você não foi possível acessar, sou muito grata pelos seus sacrifícios, as caçulas *Josynadlla e Mirian*, por tudo que compartilhamos juntas. Vocês sempre foram minhas referências.

Ao meu namorado *João* (meu amor), melhor amigo e companheiro de todas as horas, por todo amor, compreensão e paciência, e por sempre apoiar e respeitar minhas decisões. A toda família Santos que me receberam de braços abertos, minha sogra *Bernadete*, meu sogro *Genivaldo*, minhas cunhadas *Luana, Léia* e minha sobrinha de coração *Laura*, por todo carinho e amor que me dedicam.

Agradeço a meus afilhados *Miguel, Marília, Isis, Ana Cecília*, e minhas sobrinhas *Gabriele e Maria Cecília*, por me fazerem tão feliz quando estou com vocês. As minhas cunhadas *Otaciele e Marta* e meus cunhados *Eduardo e Tiago*. A todos os meus padrinhos (*Uilson*) e madrinhas (*Valdiana*), tios e tias (*Ávila, Lia*), primos (*Carlos, Jairo*) primas (*Rita, Isabel, Cláudia, Renilde*) por todas as contribuições valiosas que de forma direta ou indireta contribuíram com minha formação, em especial a *Lucas* pelos conselhos e conversas produtivas.

Meu muito obrigada as minhas amigas de infância e de vida *Solange, Casiele, Cidinha, Joelma, Kinha e Carlinha* (prima amiga), por todos os momentos que passamos e ainda vamos passar juntas, crescemos uma com a outra, choramos, rimos, vocês são indispensáveis em minha vida, amo todas.

A minha orientadora *Lica*, ser humano incrível, raro, exemplo a ser seguido, por todo suporte, colaboração, incentivo e por não ter permitido que eu desistisse, muito obrigada, te admiro muito. A todas as professoras que fazem o DSS, vocês contribuíram muito com minha formação.

As minhas amigas nascidas da F-27, *Thati, Lau, Josi e Janete*, amo cada uma, compartilharam comigo momentos de alegria, desespero, tristeza, me ensinam a ser mais paciente e menos chata (risos), sei que vão continuar presentes em minha caminhada, obrigada.

As minhas companheiras de jornada acadêmica, *Silvia, Izabel, Edinara, Francielle, Robertta, Dis, Juliane, Grazi*, vocês contribuíram muito para minha vida pessoal e acadêmica, em especial nesse momento de construção da monografia, suas contribuições foram valiosíssimas. Nossa amizade continuará firme, amo vocês, *Rafa* você também faz parte dessa equipe.

A meu amigo das ciências sociais *Jean* que sempre contribuiu e contribui no meu processo de formação acadêmica. Aos companheiros advindos da transferência interna *Everton e Ivânio* e que passamos a fazer parte da vida um do outro, obrigada pelas contribuições. E não poderia deixar de agradecer as pessoas que me incentivaram a fazer a transferência de curso *Aline, Rosa e Amanda*, obrigada pelos conselhos.

Agradeço as assistentes sociais da DESO, *Lúcia e Itamiris*, e do HU, *Maciela e Cássia*, excelentes profissionais, a contribuição de vocês para minha trajetória de formação profissional tem sido ímpar. Obrigada pela compreensão nesse momento de correria e dedicação ao TCC, pelo apoio e liberações, vocês são especiais em minha vida. As meninas do administrativo, *Jane, Lili, Laury e Manda*, por me receberem tão bem e pelas risadas que me proporcionaram. A minha colega de estágio *Tati*, estamos aprendendo bastante juntas.

A banca examinadora desse trabalho, *Clara Angélica e Lívia Roberta*, que aceitaram o convite de participar desse momento tão importante de minha trajetória acadêmica e de vida. Obrigada de coração.

Por fim, agradeço a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente nesse meu início de trajetória acadêmica e profissional. Meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da dimensão investigativa a partir dos relatórios de estágio curricular obrigatório na área da saúde da Universidade Federal de Sergipe dos anos de 2007 a 2015. Sua relevância encontra-se na necessidade de discutir a respeito da temática e objeto, uma vez que expressa como esta se caracteriza e aparece num dos momentos de maior importância da formação profissional, o estágio. Teve como principal objetivo identificar como os/as discentes/estagiários/as entendem e fazem uso da dimensão investigativa em sua intervenção de estágio. Foi fundamentada no materialismo histórico dialético e caracterizou-se como documental, encontramos um total de sessenta e quatro relatórios de estágio na saúde, destes analisamos vinte, contemplando as mais diversas instituições de saúde, das quais tiveram maior representatividade os Hospitais e Unidades de Saúde da Família. A análise feita dos documentos que norteiam o estágio tornou claro que a dimensão investigativa é compreendida por estes como constitutiva da formação e exercício profissional, devendo ser indissociável da dimensão interventiva. Os resultados mostraram que os/as discentes/estagiários/as entendem a importância da relação teoria-prática como unidade e indicam que a dimensão investigativa foi utilizada, em momentos como ação investigativa em outros como postura investigativa, porém não houve uma explicação sobre o seu conceito.

Palavras-chave: Estágio. Dimensão investigativa. Formação profissional. Saúde.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the research dimension from the reports of compulsory curricular traineeship in the health area of the Federal University of Sergipe from 2007 to 2015. Its relevance lies in the need to discuss the theme and object on which it expresses how this is characterized and appears in one of the most important moments of professional training, the internship. Its main objective was to identify how the students / trainees understand and make use of the investigative dimension in their internship intervention. It was based on dialectical historical materialism and was characterized as documentary, we found a total of sixty-four health internship reports, of which we analyzed twenty, contemplating the most diverse health institutions, of which the Hospitals and Health Units of the Family. The analysis of the documents that guide the stage made it clear that the investigative dimension is understood by these as constitutive of training and professional practice, and must be inseparable from the intervention dimension. The results showed that the students / trainees understand the importance of the theory-practice relationship as a unit and indicate that the investigative dimension was used, in moments like investigative action in others as investigative stance, but there was no explanation about its concept.

Keywords: Internship. Research dimension. Professional qualification. Cheers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Utilização de terminologias	39
Quadro 2: Localização das terminologias nos relatórios	45
Quadro 3: Instituições - campos de estágio na saúde	46
Quadro 4: Procedimentos de pesquisa.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Campos de Estágio.....	48
Gráfico 2: Relatórios de estágio na saúde por ano	49
Gráfico 3: Distribuição de discentes por gênero	50
Gráfico 4: Foco dos projetos de intervenção.....	53

LISTA DE SIGLAS

CAPS – Centro de Apoio Psicossocial

CEMAR – Centro de Especialidades Médicas

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLINESE - Clínica de Nefrologia de Sergipe

DC – Diretrizes Curriculares

DSS – Departamento de Serviço Social

HU – Hospital Universitário

HUSE – Hospital de Urgência de Sergipe

NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

PNE – Política Nacional de Estágio

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USF – Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	15
1.1. SIGNIFICADO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA	15
1.2. O ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	25
1.3. A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO ESTÁGIO.....	29
CAPÍTULO II – CONCEPÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO NA ÁREA DA SAÚDE 34	
2.1.ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE E OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DA ÁREA	34
2.2. A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA ÁREA DA SAÚDE: ANÁLISE A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO.....	37
CAPÍTULO III – PROJETOS DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO: REFLEXÕES SOBRE O USO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA	46
3.1.CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	46
3.2. A UTILIZAÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
BIBLIOGRAFIA	60
APÊNDICE	65

INTRODUÇÃO

Para se fazer uma análise do Serviço Social e, portanto, da sua instrumentalidade, é preciso ponderar o conceito de totalidade fundamentado na tradição marxista. O qual salienta a articulação/correlação entre todas as esferas da vida social. Através dessa análise se percebe como a reprodução do capital influencia nas várias expressões da vida em sociedade e acabam por determinar as práticas sociais, políticas, culturais e padrões de comportamento. Assim, entendemos que não há como o/a profissional responder as demandas que lhe chegam sem articular/relacionar a teoria e prática, pois essa junção é que vai permitir/imprimir qualidade às respostas dadas.

As relações sociais dentro desta totalidade – sociabilidade capitalista – são contraditórias, ao mesmo tempo em que cria conflitos, produz *soluções* para os mesmos, o Serviço Social não está ileso dessas contradições. O/a assistente social ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da dominação burguesa, também faz parte de sua prática profissional dar respostas às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores. Logo, pela mesma ação responde as duas classes antagônicas.

Para que o/a assistente social possa intervir nas expressões da “questão social” é indispensável a utilização de seus conhecimentos teóricos, técnicos e éticos no sentido de desenvolver uma resposta qualificada. Para tal, é preciso fortalecer tais competências ancoradas em uma formação qualificada e continuada e na apropriação da sua instrumentalidade. Ora, o que vem a ser instrumentalidade? Concordando com Guerra (2007), a entendemos como a capacidade/propriedade que a profissão tem em dar respostas às demandas que lhe chegam. Com tal característica já deixa claro que a instrumentalidade do Serviço Social não se encerra em seus instrumentos e técnicas, ela também está ligada a dimensão interventiva e investigativa, tendo nesta última um instrumento de extrema importância para dar respostas qualificadas no sentido de ultrapassar a superficialidade das demandas.

Com base nas afirmações acima descritas definimos como tema de pesquisa formação profissional. A partir dessa temática privilegiamos como foco/objeto de pesquisa a dimensão investigativa no estágio curricular obrigatório, na área de saúde, desenvolvido por discentes do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Formulamos o seguinte questionamento como ponto de partida do nosso processo de pesquisa, o/a discente/estagiário/a faz uso da dimensão investigativa em sua intervenção de estágio? de que forma?

A pesquisa hora desenvolvida faz uma análise a respeito da dimensão investigativa no estágio curricular obrigatório em Serviço Social na área da saúde. A escolha do objeto surgiu a partir das aulas da disciplina de Instrumentalidade I e II, a medida em que compreendemos que a instrumentalidade do Serviço Social ultrapassa seus instrumentos e técnicas. Ela envolve a dimensão investigativa possibilitando superar o conhecimento aparente mediante a apreensão da essência. Esse conhecimento fomentou o interesse em pesquisar sobre o tema e objeto, pois foi a partir daí que descobrimos a importância da dimensão investigativa que é tão pouco debatida nas disciplinas.

De acordo com Guerra (2014) podemos identificar a instrumentalidade – dimensões teórico-metodológica, entico-política e técnico-operativa – do Serviço Social a partir de dois pontos, um em relação a sua função de perpetuar o projeto burguês a partir das políticas sociais, fazendo com que se torne administrador da pobreza. E o outro, fazendo referência ao tipo de demanda e atendimento que fazem parte do exercício profissional do assistente social.

É com o domínio dessa instrumentalidade, baseada na razão dialética, que o/a profissional e o/a discente/estagiário/a terão um direcionamento e uma ação condizente com o projeto ético-político que é hegemônico na formação e exercício profissional. Assim, é indispensável que a dimensão investigativa faça parte da atuação do/a profissional e/ou estagiário/a no sentido de ir além do que está aparente e não se limitar aos procedimentos técnicos exigidos por seus empregadores.

A escolha pela dimensão investigativa no estágio supervisionado foi por perceber, em várias leituras, que ela é parte constitutiva do exercício e formação profissional, tendo em vista que este momento se constitui em experiência para o exercício profissional acreditamos ser indispensável seu debate. Posto que não tínhamos condições objetivas de realizar a pesquisa em todas as políticas que os profissionais estão inseridos optamos por priorizar uma. Escolhemos a saúde por ser um dos campos sócio ocupacionais que mais emprega assistentes sociais, da mesma forma que é uma das políticas com maior contingente de campo de estágio. Bem como pelo entendimento de que o processo de saúde-doença perpassa as expressões da “questão social”, a medida em que a saúde é entendida como um conjunto de fatores biológicos e sociais tendo [...] “como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (Lei nº 8.080/1990, artigo 3º).

Nossa escolha, também se baseou no Código de Ética do/a Assistente Social – de 1993 – tendo em vista que nos princípios essenciais, mais especificamente no princípio X, enfatiza

que o profissional deve ter “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2012, p. 24).

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a dimensão investigativa no estágio curricular obrigatório em Serviço Social, com base nos relatórios de estágio do campo da saúde da Universidade Federal de Sergipe, dos anos de 2007 a 2015. Para isso elegemos os seguintes objetivos específicos: contextualizar a dimensão investigativa na literatura do Serviço Social; descrever como aparece a dimensão investigativa nos documentos norteadores do estágio supervisionado em Serviço Social; identificar se e como os/as discentes/estagiários/as retratam a dimensão investigativa nos relatórios de estágio no campo da saúde; e apreender nos relatórios o uso da dimensão investigativa principalmente na intervenção.

Desta forma, a relevância do tema se explica por contribuir com o entendimento e apropriação do que vem a ser a dimensão investigativa, uma vez que demonstra como esta se caracteriza e aparece num dos momentos de maior importância da formação profissional, o estágio.

A pesquisa desenvolvida é classificada, quanto ao objetivo, como exploratória, pois buscou compreender como os/as discentes/estagiários/as inseridos/as em espaços sócio ocupacionais da saúde para a realização do estágio curricular obrigatório usam a dimensão investigativa, possibilitando assim uma proximidade mais concreta com a temática.

Quanto à abordagem teórico-metodológica, optamos pelo materialismo histórico dialético, visto que tal método permite a superação das aparências do fenômeno estudado, permitindo a compreensão do mesmo em sua totalidade e amplitude.

Na direção desse pensamento entendemos que o pesquisador desenvolve função ativa no processo de construção do conhecimento ao passo que procura [...] “apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica” (NETTO, 2011, p. 25). Para tanto a pesquisa foi subsidiada pelo referencial teórico marxista, justamente por entendermos que este fornece bases sólidas para a apreensão da dinâmica do objeto.

Uma vez que não temos a possibilidade de investigar a dimensão investigativa em todos os espaços de estágio, por conta de sua larga abrangência em que ele é realizado, elencamos a *saúde* como campo de estudo. A saúde é composta por várias redes de serviços como Hospitais, Clínicas especializadas, Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família, Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e outros.

A pesquisa teve suporte na investigação bibliográfica que segundo Severino (2007) se caracteriza por ser realizada baseada nos textos já publicados, como livros, artigos, e outros. Este procedimento possibilitou compreender o debate da dimensão investigativa na literatura do Serviço Social. Entretanto como nossa principal fonte advém de documentos – os relatórios de estágio – a nossa pesquisa é caracterizada como documental, pois [...] “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” [...] (GIL, 2008, p. 51). Nós usamos o que o autor chama de “documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.” (GIL, 2008, p. 51), com ênfase na abordagem qualitativa.

Partimos do entendimento de que a dimensão investigativa deve assumir caráter inerente ao exercício profissional. Ao mesmo tempo em que [...] “está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra” (GUERRA, 2009, p. 14).

Uma das estratégias de aproximação com a nossa temática e objeto de estudo foi a pesquisa feita na sala de estudos do Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) aonde são arquivados os relatórios de estágio e os trabalhos de conclusão de curso (TCC). Foram encontrados 64 relatórios, nos diversos espaços do campo da saúde, dos anos de 2007 a 2015. A escolha dos anos de referência acima citados, é fundamentada pela criação do curso noturno de Serviço Social da UFS, que iniciou em 2003, entretanto os primeiros relatórios só vão aparecer em 2007, pois o estágio curricular obrigatório se dá nos três últimos períodos do curso. A partir desse universo construímos uma amostra de análise com 20 (24%) relatórios. A escolha dos relatórios foi feita a partir da comparação ano/instituição de modo a atingir instituições distintas.

O estudo apresentado está dividido em três capítulos. No primeiro abordamos a dimensão investigativa na literatura do Serviço Social, como tem se configurado o estágio curricular obrigatório e a descrição da dimensão investigativa nos documentos que norteiam a formação e exercício profissional entre eles citamos: o Código de Ética/93, a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93); os parâmetros de atuação do Serviço Social na saúde, as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, Política Nacional de Estágio e a Resolução N° 24/2010/CONEPE.

No capítulo dois caracterizamos a política de saúde e apresentamos como os/as discentes/estagiários/as entendem a dimensão investigativa no processo de estágio. E no terceiro e último capítulo apresentaremos os resultados explanando a respeito do projeto de

intervenção e demonstrando como a dimensão investigativa foi utilizada pelos/as discentes/estagiários/as em sua intervenção de estágio.

CAPÍTULO I

A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O Serviço Social, a partir das diretrizes curriculares de 1996, desenvolve suas ações a partir de três pilares – o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – além da presença das dimensões investigativa e interventiva. Estes aspectos constituem elementos indispensáveis para a formação e exercício profissional do/a assistente social. Neste capítulo iremos inicialmente explicar acerca do conceito de dimensão investigativa na literatura do Serviço Social. Em seguida teceremos considerações sobre o estágio curricular obrigatório em Serviço Social, demonstrando suas configurações atuais. E para estabelecer o canal entre eles analisaremos como está aparecendo a dimensão investigativa nos documentos norteadores de estágio.

1.1 Significado da dimensão investigativa

A proposta desse tópico consiste em trazer algumas reflexões referentes ao debate da dimensão investigativa na literatura do Serviço Social. Para isso, faz-se necessário um breve comentário a respeito da produção do conhecimento no Serviço Social, bem como, qual sua importância para o amadurecimento teórico da profissão, de tal modo podemos situar que

A evolução acadêmica do Serviço Social e, mais precisamente, sua inserção entre as disciplinas capazes de produzir e divulgar conhecimento científico sobre a realidade social, tem dois momentos marcantes: a inserção de cursos de graduação isolados, na sua maioria, ligados a instituições da Igreja Católica, em universidades federais e a criação e desenvolvimento de cursos de Pós-Graduação na área de Serviço Social a partir dos anos 1970 (SILVA, et al, 2005, p. 76).

Torna significativo enunciar que a produção do conhecimento serve de base para as ações teórico/práticas, uma vez que a teoria corresponde a uma leitura e interpretação da realidade. Considerando que a profissão tem centralidade em seu caráter interventivo, é relevante considerar que para o desenvolvimento de suas atribuições é necessário que esteja inserido na realidade, tanto para intervir, quanto para seu conhecimento (MIRA, 2012).

Assim, em relação a pós-graduação vale ressaltar que “As teses de doutorado e as dissertações de mestrado dos Programas de Pós-Graduação refletem a inserção do Serviço

Social, não somente na produção de conhecimento, mas, sobretudo evidenciam sua inserção na sociedade” (SILVA, et al, 2005, p. 92).

É saliente a importância dos cursos de graduação e principalmente de pós-graduação para o acúmulo teórico e metodológico do Serviço Social. Foi a partir destes que a profissão pode documentar suas ações possibilitando melhor qualidade dos conteúdos teórico-metodológicos, bem como da prática em si, na medida em que essas produções servem de base tanto para estudantes quanto para profissionais. Todavia, o Serviço Social não se limitou em produzir conhecimento somente sobre sua prática, mas o faz em relação à dinâmica da sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, entre outros. Entende-se que, “[...] as mudanças teórico-metodológicas e ético-políticas, experimentadas pela pesquisa em Serviço Social, são processadas a partir das transformações da própria profissão” (MORAES, 2016, p. 96). Dessa maneira

[...] no cumprimento das atribuições e competências sócio profissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. [...] Mais do que uma postura, **o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais** (GUERRA, 2009, p. 3, supressões e grifos nossos).

A pesquisa e a dimensão investigativa se fazem imprescindíveis não somente durante a formação, mas depois no exercício profissional, no desenvolvimento das suas atribuições e competências para que as respostas às demandas sociais sejam cada vez mais qualificadas e diversificadas, pois não há como usar um modelo único para tal. Todavia, devemos considerar que o Serviço Social não se encontra *fora* da sociedade, pelo contrário, é parte dela, e como tal não está livre das *garras* da reprodução do sistema capitalista e das características do cotidiano.

O cotidiano é caracterizado por ações imediatas, repetitivas, geralmente induzidas mais pela praticidade/agilidade que pela consciência (não há muita reflexão para que se possa agir, é uma ação mais mecânica). Nesse contexto, o ser humano como objeto do capital é considerado como uma “marionete” a qual, a partir do cotidiano, a ideologia dominante/hegemônica consegue fazer com que o sujeito acredite ser livre em suas escolhas. Segundo Netto (1994, p. 41) “[...] a alienação é ingrediente essencial da vida cotidiana [...] o trabalho perdeu seu valor [...] o homem percebe o trabalho como algo alheio e externo a ele”.

O trabalho é uma categoria central na análise desenvolvida por Karl Marx. Segundo esse autor, a transformação do homem em ser social é fruto de sua atividade produtiva.

Entretanto, na sociedade capitalista o trabalho se torna algo penoso, não mais identificado como ação transformadora. A destituição dos/as trabalhadores/as da posse dos meios de produção torna o ato de trabalhar uma prática alienante: a condição em que o/a trabalhador/a só pode sobreviver por meio da venda de sua força de trabalho transforma-o em um ser alienado gerando o fenômeno do estranhamento.

Assim torna-se essencial a reflexão sistemática das ações desenvolvidas cotidianamente, uma vez que segundo Netto (1994) na cotidianidade, a utilidade se confunde com a verdade. Desse modo evidencia-se o quanto é importante para os/as assistentes sociais estarem munidos de um ótimo arcabouço teórico-metodológico, ético-político articulados a dimensão investigativa e a pesquisa para que sua prática seja qualificada e vá além da imediatividade requisitada pela demanda a qual atende. Dessa forma, quando o/a profissional no desenvolvimento de suas atribuições apropria-se da inter-relação entre teoria e prática “[...] vê-se desafiado a construir um caminho científico para a investigação da sua ação no processo mesmo da intervenção” (BAPTISTA, 2006, p. 17).

Na tentativa de sair da aparência e compreender a essência dos fenômenos, na intenção de capturar o que se desenha além de sua *emergência* aparente, torna-se necessário buscar efetivar o projeto ético-político profissional. A compreensão das ideologias imbricadas nos processos que emanam das expressões da “questão social”¹ torna-se fundamental para que se possa ultrapassar a *prática pela prática*. A partir desse movimento a prática profissional pode tornar-se qualificada e ampla.

Foi a partir das lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora no sentido de transgredir a ordem colocada – de exploração do capital sobre o trabalho – que se consolida o objeto de trabalho do Serviço Social, ou seja, foi a transformação do pauperismo em “*questão social*” que possibilitou o surgimento da profissão Guerra (2009). Assim faz-se essencial a dimensão investigativa para conhecer e compreender o *objeto* – “questão social” – e suas diversas expressões. Estas chegam para os/as profissionais, materializadas nas demandas que os/as usuários/as trazem sedentos de respostas.

[...] entendemos que a clareza a cerca de como concebemos a “questão social”, ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações que incidem sobre os meios e modos de responder as demandas profissionais (GUERRA, 2009, p. 4).

¹Sobre o uso das aspas consultar Santos (2012).

Entendendo que o processo de trabalho envolve atividade, objeto e meios de trabalho, é preciso conhecer a realidade que se vai agir. O Serviço Social não tem um processo de trabalho, existem processos de trabalho nos quais ele se insere, para intervir numa determinada realidade é preciso ter um conhecimento prévio da mesma. Assim, [...] ao conhecer a realidade, vai-se construindo no pensamento um projeto de ação, emerge uma maneira peculiar de pôr problemas e construir soluções[...] (BAPTISTA, 2006, p. 25).

Isto posto entendemos que, “como mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre provisório, parcial, histórico (relativo a um tempo e espaço sociocultural e historicamente determinado)” (GUERRA, 2009, p. 5). E portanto, deve ser constante para que possibilite continuamente a melhor e mais qualificada forma de intervir em uma determinada realidade.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. [...] Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto do conhecimento (GUERRA, 2009, p. 7).

Por essa razão esse deve ser o norte a seguir no processo de investigação e construção do conhecimento, a busca pela compreensão não do que está dado, mas do que se encontra por trás da aparência do fenômeno, do que fica velado aos olhos apressados e impregnados pelo cotidiano e pela necessidade de dar respostas imediatas. Carece de uma visão de totalidade não desvinculando os processos sociais como particulares – “totalidades parciais” (GUERRA, 2009, p. 10).

Se a realidade social é dinâmica, temos que ter em mente que “[...] no nosso dia-a-dia estamos sempre trabalhando com totalidades, mais ou menos amplas e complexas. Em toda realidade social, manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular” (GUERRA, 2009, p. 11). Porém estas características não devem e não podem ser tomadas de forma desconexa, pois elas estão intimamente ligadas e se complementam. É fundamentado nessa percepção que o/a profissional deva adotar uma postura investigativa e com suporte da razão dialética encaminhar suas ações visando a compreensão dos acontecimentos em perspectiva de totalidade, uma vez que,

[...] a investigação é inerente a grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias

técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria do Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social *ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional* (GUERRA, 2009, p. 13, grifos do autor, supressão nossa).

Fica claro dessa forma o quanto é importante investir em uma formação de qualidade e não se limitar apenas a graduação, a capacitação tem que ser continuada (através de participação em fóruns, seminários, congressos, simpósios, cursos de pós-graduação, etc.), para viabilizar a propriedade das intervenções em conjunto com os princípios éticos e políticos que conduzem a profissão. Por meio do desenvolvimento da pesquisa de forma crítica e criativa, torna possível[...] “enriquecer os elementos da cultura profissional: princípios, valores, objetivos, referencial teórico-metodológico, racionalidades, instrumental técnico-operativo, estratégias e posturas, com novas determinações” (GUERRA, 2009, p. 15).

Disso decorre que por meio da postura investigativa e através da pesquisa resulta no aperfeiçoamento em três campos do Serviço Social, teórico-metodológico facilitando a compreensão do seu papel no quadro das relações sociais e parte da totalidade social; político que toma a sociedade como produtora de contradições, entendendo qual o sentido social e político que as demandas e respostas profissionais desempenham; e técnico-operativa que investiga as totalidades parciais com que lida e permite elaborar soluções qualificadas para responder as demandas que se apresentam, propiciando reconstruí-las com criticidade (GUERRA, 2009).

É consensual que o Serviço Social seja uma profissão interventiva. Porém, ela não se basta na intervenção, ou seja, ultrapassa seus limites, uma vez que, seria insuficiente para atender aos princípios do Código de Ética Profissional e ao Projeto Ético-político construído coletivamente pela profissão. Desse modo, “[...] a dimensão investigativa é assumida como dimensão interventiva, apresentando-se como condição central da formação em Serviço Social, da relação teoria e realidade, capaz também de contribuir para desvelar possibilidades de ação” (MORAES, 2016, p. 101).

Para compreendermos melhor essa relação e o significado da dimensão investigativa faremos algumas considerações a seu respeito. A dimensão investigativa é concebida por MORAES (2016), e nós reforçamos sua defesa, como um processo indispensável ao exercício e a formação profissional, sendo ela constituída de dois elementos: a “*postura/atitude investigativa*” e a “*ação investigativa*”. Tal como, articulada as demais dimensões que compõem a instrumentalidade do Serviço Social.

Com relação à “*postura/atitude investigativa*” compreendemos que ela se constitui de condutas que permitem ultrapassar a imediatividade das demandas. Para assumir tal postura demanda a construção de análise de conjuntura, requer um/a profissional inquieto/curioso, crítico, que busca apreender o inesperado, o incomum, isto porque o que parece familiar, esconde o real.

A postura/atitude investigativa, portanto, pode ser caracterizada pela observação constante da realidade e atenção aos detalhes que a compõe, a curiosidade no trato dos fenômenos, a indagação a desconfiança articuladas ao respeito e não invasão à privacidade dos sujeitos. Isso supõe um profissional que se atualize, participe de eventos acadêmicos e coletivos que dizem respeito ao Serviço Social e sua área de atuação, acompanhe a produção de conhecimentos na área em que trabalha, relacione criticamente esses conhecimentos teóricos a legislação, normas, cultura e dinâmica institucional. Supõe um profissional que busque constantemente a segurança de seus valores ético-políticos e que compreenda o valor e a função social de seus posicionamentos nos espaços públicos da sociedade (MORAES, 2016, p. 105-106, grifos do autor).

Ou seja, um profissional que não se distancie do projeto ético-político profissional e que não se renda as amarras do cotidiano, do imediato, do aparente. Que vá em busca de novas respostas para *velhas* demandas, que procure o real no que se acha familiar, que está aparente. Pois, por muitas vezes as demandas tão urgentes, o excesso de trabalho, dentre outras tantas determinações do cotidiano profissional o impede de refletir sobre sua prática, de perceber coisas que se apresentaram de forma aparente, mas que tem mais velado. “[...] ‘estranhar o familiar’ supõe a necessidade de ultrapassar análises genéricas e superficiais” (MORAES, 2016, p. 108).

A “*postura/atitude investigativa*” nos permite questionar e apreender criticamente nossa própria inserção nos espaços ocupacionais, bem como sobre nossa prática, a política em que estiver inserido, a forma como se apresentam as demandas, os processos de desenvolvimento do trabalho e desta maneira possibilita a construção de novas possibilidades de atuação, frente as determinações do cotidiano e exigências do capital.

A rotina impregnada em políticas e instituições sociais não limita a um fazer repetitivo. O sujeito do trabalho profissional é aquele que mesmo na condição de assalariado e tendo que responder requisições e interesses institucionais, vai além da competência permitida e se aproxima da competência crítica. (MORAES, 2016, p. 110).

Não é preciso necessariamente para isso, “recursos financeiros e materiais”, sendo o elemento principal a pré-disposição e persistência, além de compromisso ético-político com a busca por aperfeiçoamento contínuo para desenvolver e/ou aguçar tal postura. Todavia

sabemos também que as condições objetivas do espaço em que está inserido impactam diretamente, permitindo mais ou menos possibilidades para seu desenvolvimento.

É de extrema importância que esta seja ensinada durante a graduação estimulando “[...] o olhar sensível, crítico, curioso e aberto a novas possibilidades, com clareza do ‘por que’, ‘para que’ e ‘como’ conhecer” (MORAES, 2016, p. 110) para que possibilite sua continuação independente do espaço que se inserir. Por conseguinte, assumindo essa postura e apoderando-se dela como indispensável ao fazer profissional cotidiano podemos avançar para o que Moraes (2016, p.111) chama de “*ação investigativa*”, para ele,

[...] a *ação investigativa* supõe imediatamente a *postura/atitude investigativa*, mas a *postura/atitude investigativa* não necessariamente gera uma *ação investigativa* no plano imediato, mas é fundamental para a construção das ações investigativas e intervenções profissionais. Porém, tanto a *ação investigativa* quanto a *postura/atitude investigativa* devem estar pautadas nas dimensões teórico-metodológica e ético-política profissional do projeto do Serviço Social contemporâneo, e constituem o que se entende, [...], por *dimensão investigativa*. (grifos do autor, supressão nossa).

A concretização da dimensão investigativa requer um conjunto de atitudes e procedimentos (olhar aguçado, curiosidade, anotações regulares, entre outras) que necessitam ser construídos/desenvolvidos diariamente, sendo entendidos como inseparáveis da dimensão interventiva. Pois, entendemos que “[...] o hábito de anotações sistemáticas do cotidiano profissional pode se apresentar como base para ação investigativa e capaz de gerar novas investigações, inclusive por meio de pesquisa em serviços²” (MORAES, 2016, p.111).

De forma que, a *ação investigativa*, resultado e geradora de sistematização e análise de realidade, é fundamental para o reforço e consistência da capacidade argumentativa do assistente social no diálogo com a chefia e demais profissionais. Mas a *ação investigativa* não pode se limitar a empiria e a tendência tecnicista a partir de um discurso que reproduz a realidade, os depoimentos dos usuários sem reflexão teórica e ético-política (MORAES, 2016, p. 112, grifos do autor).

É de extrema importância para a dimensão investigativa que as ações desenvolvidas pelo/a assistente social sejam sistematizadas, aí entra o diário de campo que tanto serve para o/a aluno/estagiário/a, como para o/a profissional, pois torna-se instrumento que subsidia a análise e interpretação da realidade.

²Moraes faz uma distinção entre a pesquisa acadêmica e a pesquisa em serviços, onde a primeira tem a característica de ser mais rigorosa e seguir pré-requisitos, já a segunda é baseada em seu trabalho profissional que geralmente “[...] tem sido fruto de um movimento construído pelo assistente social [...] e/ou uma exigência institucional para defesa de suas prioridades” (MORAES, 2016, p. 134).

[...] se no eixo técnico-operativo a *ação investigativa* formata as possibilidades de intervenções qualificadas, estratégicas e ricas subjetivamente, no plano ético-político assume o questionamento do naturalizado socialmente e investe no caráter organizativo e político de resistência, que questiona as organizações do trabalho, com atenção a situações de conflito, buscando em um primeiro momento, em articulação com outros profissionais, a defesa da segurança, proteção, dignidade e satisfação no trabalho, bem como o atendimento das necessidades pessoais dos segmentos subalternizados (MORAES, 2016, p. 113).

O desenvolvimento da dimensão investigativa vai garantir a efetivação do projeto profissional do Serviço Social, a medida em que ofereça maiores possibilidades de respostas qualificadas às demandas que chegam. Permite ao/a profissional sair do lugar comum e enxergar o que não se apresenta de imediato. Entendemos ainda que, tal dimensão deve ser ensinada/estimulada na graduação para que se efetive enquanto parte constitutiva das atribuições e competências profissionais.

É indiscutível que os instrumentos e técnicas são indispensáveis ao exercício profissional, são eles que vão determinar a partir da dimensão técnico-operativa a imagem/o aparecer da profissão, porém não podem ser convertidos em ponto de partida. A instrumentalidade do Serviço Social como dito na introdução deste texto, é a capacidade/propriedade que o/a profissional tem em responder as demandas colocadas, ou seja, não depende apenas de instrumentos e técnicas, mas de arcabouço teórico-metodológico e compromisso em ético, além articulação com a pesquisa e dimensão investigativa.

A competência técnica sozinha não dá subsídio para uma ação qualificada, é preciso ter um olhar diferenciado e crítico para fazer a leitura da realidade, entendendo que o conhecimento advém de sua dinâmica. Por isso, “[...] mais do que um profissional com competência técnica sobre suas ações, o assistente social deve ser um intelectual capaz de captar a essência da realidade e construir estratégias de trabalho” (MORAES, 2016, p. 97). É certo que há a demanda espontânea/imediata, mas o profissional deve

[...] atuar sobre as limitações, com uma *modalidade de razão que mantenha o foco voltado às finalidades* e não apenas para as dificuldades; e ainda, que ao se defrontar com elas possa estabelecer um plano de ação capaz de se constituir no meio para o alcance da finalidade. Assim, o método converte-se em *projeto* e a razão em *potência*, a mobilizar as condições objetivas da realidade (GUERRA, 2014, p.64, grifos da autora).

Essa tarefa não é fácil, requer um compromisso diário. Contudo é preciso assumir esse compromisso para que seja possível cada vez mais objetivar o projeto ético-político e ratificar cada dia mais a imagem social da profissão como comprometida com a classe trabalhadora e com a efetivação dos direitos da população usuária dos serviços aos quais o/a assistente social

está vinculado. “A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, [...] em demandas para a profissão” (GUERRA, 2007, p. 6).

Para operacionalizar essa capacidade é necessário ter conhecimento da realidade, aonde se vai intervir, para de forma articulada, tomar a decisão de quais meios podem ser utilizados para alcançar o fim/objetivo que foi traçado no início da atividade na direção de concretizar a ação. Ela “[...] depende de um processo de conhecimento (o mais aproximado possível da realidade) e da tomada de decisão (a mais adequada em relação aos meios e fins)” (GUERRA, 2014, p. 26).

Esse processo de escolher os meios e de tomada de decisão já demonstram a necessidade de adotar uma postura investigativa, pois para intervir é preciso conhecer, e para conhecer tem que investigar/pesquisar/estudar. A definição do objeto de intervenção tem relação com o objeto de investigação, tal como afirma Baptista (2006, p. 31) “[...]É evidente que, para fazer de determinada situação objeto de intervenção, deve-se fazer dela objeto de conhecimento”.

A dimensão investigativa, objeto da nossa pesquisa, tem que ser compreendida fazendo parte da instrumentalidade e articulando os seus três pilares – dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Contudo, é indiscutível que o Serviço Social seja uma profissão interventiva, todavia, ela se desenvolveu e conquistou outros espaços, a exemplo da formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, ou seja, ultrapassa a mera execução. Independentemente de onde o/a profissional esteja inserido

[...] seja no planejamento, na gestão, na execução, nenhum/a assistente social pode pretender qualquer nível de competência profissional se prender exclusivamente aos aspectos imediatamente instrumentais e operativos da sua realidade (NETTO, 2009, p. 32).

Essas novas características requerem um profissional propositivo e para tanto, ele precisa ser *curioso*, devendo ir além da intervenção. Concordamos com Fraga(2010, p.41)quando diz que [...] “o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade”.

A apropriação da atitude e ação investigativa possibilita compreender a questão (demanda) que se está tratando com maior profundidade, possibilitando chegar à essência daquele caso e assim desenvolver uma intervenção mais qualificada. “[...] à medida que o/a profissional que pesquisa assume como postulada a associação fundamental entre prática e

teoria, vê-se desafiado a construir um caminho para a investigação de sua ação no processo mesmo da intervenção” (BAPTISTA, 2006, p. 70).

Não há como compreender a profissão e, portanto sua atuação sem conectá-la com a dinâmica da sociedade, principalmente quando se compreende que o Serviço Social tem uma característica peculiar, de servir a dois interesses (usuários e empregadores). Apesar de ter nascido para responder eminentemente aos interesses do Estado e da classe burguesa, trabalhando na perspectiva da caridade e da ajuda³, foi possível uma transformação da forma de legitimação dessa profissão que se deu a partir do processo de redemocratização do Brasil e do processo interno de reconceituação (ocorrido nos anos de 1980), passando a ter a classe trabalhadora como sua base de legitimação identificada no seu projeto ético-político.

A partir dessa transformação da profissão que passou a ter como suporte teórico a teoria social de Marx, fica claro que “[...] a atitude investigativa é o fomento básico do exercício profissional do assistente social que se refere ao movimento de desocultamento do real” (FRAGA, 2010, p. 42) para essa nova visão da categoria a dimensão investigativa torna-se indispensável na direção de ultrapassar as aparências dos fenômenos.

É correto que as políticas sociais se constituem como espaço sócio-ocupacional dos/as assistentes sociais e ai estes/as têm espaço na execução, na gestão e no planejamento, os dois últimos se caracterizam como novos espaços, pois foram conquistados a partir do amadurecimento teórico da profissão. Nesse sentido,

A teoria é tomada como a chave explicativa que permite formular o esquema de coleta de informações e de análise e instrumentalizar o diálogo do profissional/investigador com o objeto. Nesse sentido, a teoria levará a uma das leituras possíveis da realidade, resultado de uma apreensão diferenciada[...] (BAPTISTA, 2006, p. 75).

Como resultado das respostas do Estado às expressões da “questão social” e vinculada a política social a instrumentalidade profissional do Serviço Social é presumida como produtora de respostas ao projeto burguês de sociedade. Primeiro, por ser fruto dessa mesma sociedade, e na sua *peculiaridade operatória*, serve de instrumento para dar respostas às necessidades das classes pauperizadas. Segundo, *como mediação* na medida em que ela possibilita sair da ação meramente operacional para uma posição crítica e política, bem como eficaz Guerra(2007).

³Sobre esse debate ver autores como: Iamamoto (2014); Montañó (2011); Faleiros (2005).

Assim, a pesquisa e a dimensão investigativa tem se apresentado como estratégia eficaz de combate à redução do trabalho profissional a atividades que tem sido repetitivas, moldando a reprodução de uma sociedade desigual, injusta e discriminadora, embora exigem um trabalho intelectual capaz de compreendê-las no terreno da totalidade, particularidade e singularidade, desnaturalizando suas manifestações imediatas e redescobrimdo possibilidades de enfrentamento crítico (MORAES, 2016, p. 135).

No momento do exercício profissional é natural ter por base a cultura profissional, mas para dar uma resposta qualificada é preciso direcionar sempre a ação no sentido de se utilizar da razão dialética, pois é por ela que se torna possível ter uma atitude ética, comprometida com a defesa de garantia dos direitos sociais, humanos e políticos, da emancipação dos cidadãos, da ampliação da cidadania, da liberdade e da equidade. E [...] “reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital” (GUERRA, 2007, p. 15). Esse deve ser o fundamento para nortear os objetivos e finalidades do Serviço Social.

No item que se segue, teceremos algumas considerações a respeito do estágio curricular em Serviço Social, tendo em vista que a análise da dimensão investigativa empreendida nesse estudo tem por base os relatórios de estágio.

1.2 O estágio curricular na formação profissional

O estágio curricular em Serviço Social é compreendido como momento indispensável do processo de formação, fazendo a articulação entre formação e exercício profissional, já que o/a aluno/a faz o acompanhamento das atividades profissionais do/a supervisor/a. Esse momento visa desenvolver a correlaçãoda unidade teoria-prática, através da articulação das dimensões ético-política, técnico-operativa, teórico-metodológica, em conformidade com a investigativa e interventiva.

Fazem parte deste processo como atores inerentes a ele, o/a supervisor/a acadêmico, de campo e o/a aluno/a. Entende-se que estes devem está em constante articulação e diálogo para que se concretize como momento formativo qualitativo. A definição de estágio está presente na lei nº 11.788⁴, de 25 de setembro de 2008, em seu Art. 1º como

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam

⁴Essa lei normatiza/referência o processo de estágio em todas as profissões e níveis de ensino, desde o médio, ao profissional e superior.

freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (DC/1996), o estágio é compreendido e descrito enquanto,

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABEPSS, 1996, p. 19).

Com tal característica se coloca enquanto prática pedagógica que subsidia o processo de formação profissional. Visa “[...] construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (ABEPSS, 1996, p.9). Pode ser obrigatório ou não-obrigatório, a primeira modalidade corresponde a uma exigência de cumprimento de carga horária específica (definida pelos projetos pedagógicos das Instituições de Ensino Superior) para obtenção de diploma. A segunda corresponde a uma atividade complementar/optativa, entretanto, independente da modalidade é requisito irrecusável a presença/supervisão de um/a profissional de Serviço Social, em pleno exercício de suas funções.

Interessa destacar que no Serviço Social o estágio é guiado/norteado além da Lei n° 11.788/2008, pela Resolução CFESS n° 533 (regulamenta a supervisão direta de estágio e a coloca como atribuição privativa do/a assistente social), as Diretrizes Curriculares de 8 de novembro de 1996, a Política Nacional de Estágio (2010), bem como, o Código de Ética do/a Assistente Social, de 13 de março de 1993 e a Lei n° 8.662 de 7 de junho de 1993 (lei que regulamenta a profissão). Desse modo, entendemos que

A atividade de estágio supervisionado em Serviço Social pressupõe o olhar crítico, investigativo e reflexivo do cotidiano profissional, capaz de propiciar o enfrentamento das situações que são colocadas á profissão e não somente no âmbito do aprendizado das competências e habilidades profissionais, isto é, na execução das atividades profissionais que restringe a formação ao treinamento e adestramento desse/a estudante às dinâmicas institucionais (AMICUCCI, 2011, p. 67).

Quando tomamos a formação profissional enquanto processo de educação permanente/continuada permite a aquisição de elementos – criticidade, compromisso ético-

político, etc. – indispensáveis para uma prática qualificada. A graduação deve ser compreendida como ponto de partida para tal postura, pois entende-se que a continuidade dos estudos, inclusive de constante participação nos eventos da categoria e específicos das áreas a que se está inserido contribuem para a formação e exercício profissional qualificados. Nesse sentido Amicucci (2011) destaca que é no momento do estágio

[...] através da inserção dos/as estudantes nos espaços sócio-ocupacionais que [...] propicia o contato direto com a população e a identificação das manifestações da questão social que permeiam as relações desses sujeitos, conhecendo a atuação cotidiana do Assistente Social e suas estratégias de intervenção, apreendendo os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que orientam o exercício profissional. [...] Dada a natureza interventiva e investigativa da profissão, o estágio propicia ao/a estudante desenvolver habilidades, responsabilidades, compromisso, permitindo a construção da identidade profissional, pois se identifica com suas especificidades e a totalidade que a envolve no âmbito da dinâmica das relações sociais (AMICUCCI, 2011, p. 68-69, supressão nossa).

O momento do estágio possibilita que o/a estudante reflita sobre o espaço que está inserido, compreendendo seus limites e possibilidades para pensar sobre sua atuação profissional posterior. Pois, embora o Serviço Social seja uma profissão *generalista*, que capacita seu/a estudante para atuar em qualquer das áreas que ele/a se insere, existe também a possibilidade de “ficar mais em uma área”.

Levando em consideração que nem todo mundo vai se identificar com todas, isso permite também que se tenha o desenvolvimento de uma prática qualificada, uma vez que, está inserido/a no contexto que mais se identifica. Todavia sabemos que na conjuntura atual essa escolha é direcionada muito mais por uma questão de necessidade do/a profissional, a medida em que vai trabalhar onde surgir a oportunidade, independente se aquela é a área que mais gosta, ou seja, a escolha do campo de trabalho está muito relacionada a uma questão de sobrevivência. O que não isenta o/a profissional de se empenhar e dedicar-se ao espaço que se inseriu, estudar e se qualificar constantemente para dar respostas qualificadas.

Precisamos ainda fomentar o debate levando em conta que as relações sociais interferem e/ou configuram diretamente na forma da profissão responder as suas demandas, pois uma advém da outra. Assim sendo, teceremos considerações no tocante as configurações atuais do estágio, que são reflexos do momento recente de desenvolvimento do modelo de sociedade especificamente capitalista.

As configurações do modelo de sociedade especificamente capitalista, e agora em seu estágio mais desenvolvido (o monopolista), traz em seu bojo processos de eliminação e/ou redução de direitos sociais e trabalhistas. Estes vão impactar diretamente na forma de

organização das classes sociais, na economia, saúde, lazer, educação, entre outros. Cabe-nos nesse estudo nos deter as suas consequências para o desenvolvimento do estágio supervisionado, trazendo problemas que

[...] tem sua gênese numa lógica que faz sucumbir o caráter pedagógico dessa atividade em face dos interesses do mercado de trabalho capitalista. A substituição de profissionais por estagiários, as relações clientelistas entre instituições de ensino e campos de estágio para que sejam garantidos os espaços para sua realização, as condições precárias de trabalho dos supervisores (acadêmico e de campo), a concepção de estágio como mera prestação de serviços, a dominância do caráter técnico em detrimento da necessária articulação desse caráter com as dimensões teórico-metodológica e ético-política nas práticas de estágio, o estágio como estratégia de sobrevivência de estudantes e como possibilidade de permanência na academia, entre outros tantos problemas, revelam como o tema atravessa a realidade da formação profissional em Serviço Social (mas não só) e precisa permanecer na pauta de lutas da categoria. (HILLESHEIM, 2016, p. 163-164, supressão nossa).

Isso decorre da forma social vigente, que carrega consigo a exacerbação da fome, da miséria, da precarização dos serviços públicos, o desemprego estrutural, entre outros. Esse contexto faz as pessoas procurarem alternativas de sobrevivência e a de grande parte dos/as estudantes para se manter nos cursos são as formas precárias de vinculação ao mercado de trabalho e em especial o estágio não-obrigatório (remunerado). O contexto atual reflete tanto na formação, quanto no exercício profissional do/a assistente social.

Inclui-se aqui o/a estudante trabalhador, para este/a esse processo é ainda mais difícil, a medida em que tem que adequar-se e fazer sacrifícios para cumprir tal componente obrigatório da grade curricular. Tendo que se inserir em espaços que funcionem no período da noite e finais de semana (esses são principalmente hospitais), esse cenário por vezes fragiliza o desenvolvimento do estágio uma vez que o/a estudante fica ainda mais sobrecarregado/a.

O estágio curricular obrigatório no Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) é realizado nos três últimos semestres do curso (8º, 9º e 10º períodos), essa disciplina é desenvolvida conjuntamente com o Laboratório de Ensino da Prática (LEP). Tal articulação permite a discussão sobre o desenvolvimento do estágio, possibilitando um processo de ir e vir, de articulação entre teoria e prática, nesse espaço os/as alunos/as partilham experiências, discutem sobre os locais que estão inseridos proporcionando um processo de estágio qualificado.

As disciplinas citadas acima são cursadas juntamente com trabalho de conclusão de curso (TCC), no 8º e 9º períodos. Essa junção de duas disciplinas tão importantes e densas faz com que o/a aluno/a fique sobrecarregado/a, dando prioridade a uma delas rebatendo no processo de formação. Torna-se por vezes necessário que o/a aluno/a atrase o curso para

cursar cada disciplina em separado, com o objetivo de realizar um processo mais qualificado e ou menos penoso.

Acrescenta-se ainda o fato que, nos últimos anos com o crescimento de cursos de Serviço Social, em instituições privadas, a disputa por vagas nos campos de estágio para os/as alunos/as ficaram mais acirradas. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao fato de que os/as profissionais são livres para aceitar ou não a supervisão de estágio⁵. Também é imprescindível destacar as precárias condições de trabalho desses/as profissionais, com salas pequenas, problemas com a quantidade de demanda da instituição com relação ao quadro de profissionais, tudo isso influencia na abertura de vagas de estágio.

Em decorrência destes elementos o DSS passa muito tempo para conseguir captar essas vagas. E quando as consegue, vem outro desafio, são as questões burocráticas (termos de estágio, seguro para os/as discentes, entre outros), procedimento demorado, que tem provocado atraso na inserção desses/as alunos/as. Há, portanto, um processo de atraso na efetiva inserção nos campos de estágio, o que acarreta intensificação da carga horária para o cumprimento das horas necessárias ao estágio I. Convém ressaltar que este aspecto só acontece no estágio I, os outros dois momentos (estágio II e III) se dão no período correto.

1.3 A dimensão investigativa nos documentos norteadores do estágio

De acordo com o que foi exposto linhas atrás, certificamos que o estágio é momento imprescindível da formação profissional do/a assistente social e deve ser indissociável do exercício profissional. Exploraremos aqui as formas em que a dimensão investigativa está sendo apresentada/compreendida nos documentos basilares do estágio.

Nas Diretrizes Curriculares/1996 (DC) para o curso de Serviço Social, a dimensão investigativa se encontra nos princípios que norteiam a formação, assim exposto: “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996, p. 6). É entendida como constitutiva da formação profissional e portanto deve perpassar todo esse processo. A sua relevância emerge no núcleo de fundamentos do trabalho profissional quando afirma que:

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental

⁵É importante destacar a necessidade de já na graduação o/a estudante ser estimulado/a a receber estagiários quando estiverem em seus espaços de trabalho e capacitá-lo/a para essa finalidade.

técnico que potencializem as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABEPSS, 1996, p. 13-14).

Desse modo, a passagem demonstra que a dimensão investigativa deve ser assumida em constante articulação/interligação com a interventiva, uma vez que uma dá qualidade e suporte a outra, ou seja, o amplo desenvolvimento da primeira permite maior preparação e reflexão de ação na segunda. A prática da dimensão investigativa serve de base para a intervenção, como pode ser percebido na referência a disciplina de pesquisa em Serviço Social nas DC/1996, “A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto de ação profissional” (ABEPSS, 1996, p.18).

Na Política Nacional de Estágio (PNE/2010), que além de discutir as configurações do estágio, como foi construída coletivamente, orienta quais as atribuições dos três atores(Supervisores/as acadêmico e de campo e discente)que compõem essa atividade, diz que o estágio curricular supervisionado deve se consolidar

[...] impulsionando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como a construção do perfil profissional pretendido: crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional (ABEPSS, 2010, p. 14 supressão nossa).

A dimensão investigativa é destacada como parte do processo de formação profissional na construção da capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa especificando o/a estagiário/a como,

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 20, supressão nossa).

A PNE indica ainda quanto ao conteúdo que deve estar presente na disciplina de estágio, colocando a centralidade da unidade entre teoria e realidade, quebrando o mito de uma oposição entre as duas e a dimensão investigativa como pressuposto da intervenção.

Quanto ao conteúdo das disciplinas, propõe-se apontar, claramente, para a indissociabilidade entre teoria e prática em cada nível do estágio supervisionado curricular. Esta unidade perpassará a análise da intervenção profissional, desde a inserção do estudante no espaço sócio-institucional, que indica a observação do trabalho do assistente social e a reconstrução do seu objeto (apreensão das contradições frente às diferentes manifestações da questão social), até a compreensão da dinâmica institucional e suas respostas por meio de políticas sociais e institucionais e, finalmente nas respostas profissionais por meio de processos interventivos e investigativos do Serviço Social nos diferentes campos de atuação, sempre observando a dimensão ética. (ABEPSS, 2010, p. 30).

De acordo com a PNE/2010 é necessário para uma efetiva compreensão do processo de estágio e nele da dimensão investigativa a prática de algumas atividades que facilitarão a absorção do que foi vivenciado, incorporando tais práticas para sua atividade profissional subsequente.

Nesse sentido, deve-se incorporar ao acompanhamento das atividades do estágio, a elaboração de instrumentos avaliativos e pedagógicos como o diário de campo, relatórios processuais, visitas domiciliares e institucionais, projetos de investigação e de intervenção, participação em seminários e elaboração de relatório semestral, dentre outros. (ABEPSS, 2010, p. 34).

Com relação a Resolução nº 24/2010/CONEPE da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a dimensão investigativa só aparece em dois momentos, no Art. 1º, parágrafo 1º entendendo o estágio enquanto função investigativa e interventiva e no Art. 26, que trata das competências do supervisor/a pedagógico, no inciso XV, sendo dever deste estimular a curiosidade científica e atitude investigativa do/a estagiário/a.

A Resolução CFESS nº 533 de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio não apresenta em sua redação nenhuma indicação direta da dimensão investigativa, todavia há a sugestão de articular a pesquisa à intervenção.

Considerando que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício prático-teórico, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, 2011, p. 125).

Da mesma forma também não é explicitado nenhum comentário ou indicação direta desta na Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993, apenas o art. 4º, inciso VII, diz: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”. (BRASIL, 2012, p. 45). A análise dessa passagem

permite perceber que a dimensão investigativa é um pressuposto para seu desenvolvimento já que faz parte desta o estudo da realidade e a indicação/construção de alternativas para intervenção.

No Código de Ética Profissional/1993 podemos interpretar como um indicativo de incentivo a dimensão investigativa o princípio X, que diz, “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Esse indica a necessidade de constante aperfeiçoamento profissional e necessidade de conhecer a realidade que está inserido. A prática da dimensão investigativa, com o olhar crítico e curioso da realidade permite que seja ofertado um serviço de qualidade.

Em relação aos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, encontramos em várias partes do texto a indicação da investigação como fator constitutivo do exercício profissional, enfatizando a importância do profissional conhecer a realidade em que atua e a realização de investigações a respeito da área em que está inserido/a.

No capítulo da atuação do assistente social na saúde tem a recomendação de utilização no desenvolvimento das atividades profissionais de: perfis sociais, análise de conjuntura, análise institucional, clareza do significado social da profissão, entendimento crítico da realidade, produção de estudos socioeconômicos, entre outros. Todos esses recursos apontam para a utilização da dimensão investigativa, dado que requerem dispêndio de tempo com estudos e olhar aguçado para identificação de carências e possibilidades de ação.

Este documento entende que o/a assistente social deve estar o tempo todo buscando informações e se atualizando, considera que os espaços de gestão e planejamento são importantes espaços para serem ocupados por estes/as profissionais. Onde podem:

[...] elaborar o perfil e as demandas da população usuária por meio de documentação técnica e **investigação**; [...] identificar as manifestações da questão social que chegam aos diversos espaços do Serviço Social por meio de **estudos** e sistema de registros; [...] realizar **estudos e investigações** com relação aos determinantes sociais da saúde; [...] identificar e estabelecer prioridades entre as demandas e contribuir para a reorganização dos recursos institucionais por meio da realização de **pesquisas** sobre a relação entre os recursos institucionais necessários e disponíveis, perfil dos usuários e demandas (reais e potenciais); [...] participar de **estudos** relativos ao perfil epidemiológico e condições sanitária no nível local, regional e estadual; [...] realizar **investigação** de determinados segmentos de usuários (população de rua, idosos, pessoas com deficiências, entre outros), objetivando a definição dos recursos necessários, identificação e mobilização dos recursos existentes e planejamento de rotinas e ações necessárias; [...] participar de **investigações** que estabeleçam relações entre as condições de trabalho e o favorecimento de determinadas patologias, visando oferecer elementos para a análise da relação saúde e trabalho; [...] realizar

estudos da política de saúde local, regional, estadual e nacional; [...] fornecer subsídios para a reformulação da política de saúde local, regional, estadual e nacional, a partir das **investigações** realizadas; [...] sensibilizar os gestores da saúde para a relevância do trabalho do assistente social nas ações de planejamento, gestão e **investigação**(CFESS, 2010, p. 60-61, supressão e grifos nossos).

Todos esses processos elencados visam o aprimoramento e a qualidades dos serviços prestados, muitas dessas atividades podem e devem ser desenvolvidas em quaisquer das áreas da saúde em que o/a assistente social esteja atuando. É importante destacar ainda que “As atividades de qualificação e formação profissional visam ao aprimoramento profissional, tendo como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários” (CFESS, 2010, p. 61). Desse modo a dimensão investigativa se faz necessária em todo o processo de formação – que deve ser continuada – e perpassar todo o desenvolvimento das atividades profissionais.

Para garantir respostas cada vez mais qualificadas e diversificadas “[...] a investigação da realidade é fundamental e precisa ser transversal a todas as ações”. (CFESS, 2010, p. 62). Entendemos que

[...] É a capacitação permanente que possibilita ao profissional romper com a prática rotineira, acrítica e burocrática, e buscar, a partir da investigação da realidade a que estão submetidos os usuários dos serviços de saúde, a reorganização da sua atuação, tendo em vista as condições de vida dos mesmos e os referenciais teóricos e políticos hegemônicos na profissão, previstos na sua legislação, e no projeto de reforma sanitária. (CFESS, 2010, p. 67, supressão nossa).

Com tal característica podemos perceber que é possível superar as práticas tradicionais e individualistas, esse modo de agir e pensar deve ser iniciado já na graduação. No momento do estágio é possível exercitar essas práticas de maneira a dar continuidade depois, no momento da atuação profissional. No capítulo posterior iremos debater a respeito da dimensão investigativa a partir dos relatórios de estágio na saúde e para tal faremos anteriormente uma breve caracterização da política de saúde.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO NA ÁREA DA SAÚDE

Levando em consideração a escolha pelos relatórios de estágio na área da saúde, discorreremos neste capítulo algumas características da política de saúde na atualidade e os espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social é requisitado a atuar neste campo. Em seguida faremos uma análise a respeito de como a dimensão investigativa foi trazida nos relatórios de estágio curricular obrigatório da Universidade Federal de Sergipe nos anos de 2007 a 2015.

2.1 Aspectos gerais da política de saúde e os espaços sócio-ocupacionais da área

A saúde é compreendida como um conjunto de fatores que proporcionam o bem estar mental, físico e social do sujeito. Consolidada a partir da Constituição Federal de 1988 como integrante da Seguridade Social que compreende saúde, previdência e assistência social. Esse entendimento foi resultante de processos de lutas sociais protagonizadas pela sociedade civil organizada em busca da construção e garantia de direitos.

O marco desse processo no contexto da saúde foi o movimento da “*reforma sanitária*” o qual tinha [...] “como idéia central *Saúde como Direito de Todos e Dever do Estado*” [...] (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2009, p. 195). Durante a VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), esta ideia foi disseminada contribuindo para a definição do conceito ampliado de saúde que foi incorporado a CF de 1988, em seu art. 196, que diz: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 2012, p. 116).

Na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como da organização e funcionamento de seus serviços em todo território nacional, está explicitada nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), questões referentes a: universalidade; integralidade; defesa da autonomia dos sujeitos; direito a informação; socialização de informações; participação da comunidade; descentralização político-administrativa e outros.

Apesar dos avanços e conquistas com a promulgação da CF/88, a política de saúde, a partir da década de 1990, começou a ser descaracterizada em decorrência do projeto neoliberal⁶ no contexto da sociedade brasileira.

Assim, as seguintes estratégias têm sido utilizadas pelos governos brasileiros desde os anos 1990: a desvalorização da gestão pública tradicional; a redução de recursos para a área da saúde, reforçando o projeto conservador e reciclando o modelo privatista; a centralização na compra por serviços de saúde, descreditando o movimento de Reforma Sanitária e distorcendo os princípios e diretrizes do SUS (MORAES, 2016, p. 161).

Com isso há um maior incentivo a privatização e mercantilização da saúde, do mesmo modo que, recria formas de filantropização e intensificação da atuação do setor privado nas ações de saúde, inclusive com forte incentivo para adesão da população aos serviços dos planos privados de saúde.

[...] Há uma enorme distância entre a proposta do movimento sanitário e a prática do sistema público de saúde vigente. O SUS foi se consolidando como espaço destinado aos que não tem acesso aos subsistemas privados, como parte de um sistema segmentado. A proposição inscrita na Constituição de 1988 de um sistema público universal não se efetivou, apesar de alguns avanços como o acesso de camadas da população que antes não tinham direito; o sistema de imunização e de vigilância epidemiológica e sanitária; os progressos da alta complexidade, como os transplantes, entre outros. [...] O projeto da saúde articulado ao mercado ou a reatualização do modelo médico assistencial privatista está pautado na política de ajuste, que tem como principais tendências: a contenção dos gastos com racionalização da oferta e da descentralização com isenção de responsabilidade do poder central. A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que tem acesso ao mercado [...]. (CFESS, 2010, p. 20, supressão nossa).

Esses processos demonstram ainda que o quadro atual da saúde pública no Brasil continua com a hegemonia do projeto privatista, sendo o SUS entendido pela maioria da população como alternativa dos que não tem como pagar pelos serviços privados de saúde. Intensificando o “[...] caráter focalizado para atender as populações vulneráveis, desconcentração dos serviços e o questionamento da universalidade do acesso.” (BRAVO; MATOS, 2009, p. 10). Configura-se assim, uma descaracterização dos princípios do SUS, construídos e defendidos a partir da reforma sanitária.

A inserção do Serviço Social na saúde não é algo novo, se faz presente desde as primeiras iniciativas de trabalho na gênese da constituição de tal profissão. E fica instituída

⁶As estratégias neoliberais aparecem nos países centrais como caminho para saída da crise do sistema capitalista dos anos de 1970, caracterizada por defender ações focalistas e restrição de direitos, com o intuito de recuperação da economia e aumento das taxas de lucros. Para ver mais sobre o assunto consultar Antunes (2006); Mészáros (2006); Oliveira (2011) e Vasapollo (2006).

pela Resolução nº 218 de 06 de março de 1997 como sendo uma das treze profissões da saúde juntamente com médico, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas, biólogos, profissionais de educação física, farmacêuticos, fonoaudiólogos, médicos veterinários, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) dois anos depois institui a Resolução CFESS nº 383, de 29 de março de 1999, caracterizando o/a assistente social como profissional da saúde, e ratificando “[...] que o Serviço Social não é exclusivo da saúde, mas qualifica o profissional a atuar com competência nas diferentes dimensões da questão social no âmbito das políticas sociais, inclusive a saúde;” (CFESS, 2011, p. 184).

Continua em disputa na atualidade os dois projetos de saúde, o da reforma sanitária e o privatista, estes demandam diferentes ações dos/as profissionais de saúde, dentre eles do assistente social. O primeiro voltado para ações de incentivo a participação popular; a democratização; a interdisciplinaridade; atuação em trabalhos grupais; aproximação da unidades a realidade dos/os usuários/as. Já o segundo solicita ações fragmentadas, tais como a seleção dos/as usuários/as dos serviços; atuação psicossocial; prática fiscalizatória com relação aos/as usuários/as dos planos de saúde; o assistencialismo, revisitando a ideologia do favor e o incentivo a práticas individualizadas (CFESS, 2010).

Historicamente o Serviço Social se inseriu na saúde nos hospitais e santas casa de misericórdia, no decorrer das transformações societárias, inclusive da política de saúde o/a assistente social passa a assumir novos espaços de atuação tais como: “[...] planejamento e gestão, atenção via Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio a Saúde da Família, espaços de participação social, ouvidorias, Política Nacional de Humanização, o debate sobre a Fundações Estatais de direito privado e a judicialização” (KRÜGER, 2010, p. 125). Estes espaços não se configuram enquanto exclusivos do/a assistente social (outros profissionais da saúde são chamados também a ocupar tais espaços), visto que não requerem necessariamente atribuições privativas dos mesmo.

A dimensão ético-política do projeto profissional tem enfatizado que cabe ao assistente social reconhecer as determinações sociohistóricas e econômico-políticas dos problemas que chegam na imediatividade cotidiana dos serviços. [...] Para uma atuação pautada na totalidade, é imprescindível que a ação profissional esteja sustentada no conhecimento da realidade dos serviços e necessidades dos sujeitos para as quais são destinadas, desdobrando-se na definição de projetos que contemplem tais necessidades. [...] E nesse caso temos o grande desafio de trabalhar na direção entre o SUS legal e o SUS real (KRÜGER, 2010, p. 142-143, supressão nossa).

Foi o entendimento de que a saúde juntamente com o fator físico-biológico é determinada de igual modo pelo meio social, cultural e econômico que possibilitou ao profissional de Serviço Social integrar-se em espaços de atuação interdisciplinar de promoção a saúde, educação em saúde e prevenção de doença. Se fazendo presente também em programas de formação profissional, tanto na supervisão de estagiários/as de graduação, como nos programas de residência multiprofissional em saúde, Pró-Saúde e Pet saúde (KRÜGER, 2010).

[...]o Serviço Social além de atuar no âmbito da gestão e do planejamento, tem ocupado espaços de coordenação na operacionalização de inúmeros programas de tratamento, de promoção e prevenção da saúde dirigidos a populações específicas (idade, gênero, patologias, dependente químicos, vigilância a saúde...). Iniciativas localizadas têm colocado o profissional na Estratégia Saúde da Família – ESF – e mais recentemente, a ampliação, com a regulamentação dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASFs. (KRÜGER, 2010, p. 133, supressão nossa).

O Serviço Social tem na saúde ampla tradição e legitimidade, entretanto suas práticas na atenção básica não tinham muita expressão, fato que se transforma com a municipalização/regionalização da saúde, possibilitando assim maior incorporação destes/as profissionais neste espaço. Temos então como espaços de atuação do/a assistente social na saúde desde a atenção básica, passando pela média e alta complexidade: Unidades de Saúde da Família (USF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), hospitais (regionais, municipais, universitários), clínicas especializadas, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), entre outros.

2.2 A dimensão investigativa na área da saúde: análise a partir dos relatórios de estágio

O desenvolvimento das atividades do Serviço Social na saúde assim como em todos os outros espaços que se inserem recebe influência direta das configurações em que a sociedade se encontra (avanços, retrocessos, reformas, contrarreformas). Desse modo é demandado ao/a profissional que se atualize constantemente, buscando compreender as conjunturas do momento para que possa imprimir qualidade aos serviços prestados aos/as usuários/as.

A sociedade brasileira vem passando desde os anos de 1990 (ainda que se tenha momentos de retomada) por constantes investidas contra os direitos sociais conquistados.

Nesse contexto a política de saúde recebeu novas configurações que refletem diretamente no trabalho do/a assistente social

[...] nas condições de trabalho, na formação profissional, nas influências teóricas, na ampliação da demanda e na relação com os demais profissionais e movimentos sociais. Amplia-se o trabalho precarizado e os profissionais são chamados a amenizar a situação da pobreza absoluta a que a classe trabalhadora é submetida. (CFESS, 2010, p. 21).

Esses aspectos indicam ainda mais a necessidade de desenvolvimento da dimensão investigativa (*postura/atitude e ação investigativa*) para que se tenha um trabalho que vá além do que está dado/aparente. Na saúde com a disputa de modelos de organização do trabalho o/a assistente social encontra mais ou menos possibilidades de desenvolvimento de tais práticas,

[...] em modelos biomédicos de cura e tratamento das doenças, tem construído respostas as necessidades e interesses imediatos dos usuários sem a possibilidade de muita crítica. Porém, em serviços especializados que tentam romper o modelo médico-assistencial hegemônico e possibilitam a construção de ações pautadas na abordagem sociocultural do processo saúde/doença, o Serviço Social caminha para a construção de um protagonismo profissional no interior do processo coletivo de trabalho. (MORAES, 2016, p. 222).

Todavia em qualquer das situações é possível desenvolver ainda que minimamente a dimensão investigativa associada a dimensão interventiva, uma vez que, ela não depende diretamente de recursos materiais e/ou financeiros para seu desenvolvimento, necessitaespecialmente da postura profissional. “[...] Depende, sobretudo, de compromisso com o aprimoramento constante, de segurança dos princípios e valores éticos e políticos, de análise de realidade, de querer saber para a intervenção estratégica.” (MORAES, 2016, p. 227).

A pesquisa desenvolvida por Moraes (2016) em sua tese com assistentes sociais da área da saúde evidenciou que estes/as profissionais apresentam discursos e ações que demonstram a utilização da dimensão investigativa, ainda que “eventual e frágil”, entretanto, não possuem clareza quanto aos seus significados⁷.

Foi demonstrado pelo autor que, por mais que os/as profissionais no andamento de suas condutas desenvolvam/utilizem a dimensão investigativa, eles tem dificuldade de compreender e enxergar sua utilização, justamente pela falta de clareza de seus significados.

⁷Esse entendimento foi fundamentado pelo autor a partir das entrevistas desenvolvidas com assistentes sociais de diversos espaços existentes na área da saúde.

Isso posto, reafirma-se que os processos gerais de precarização, insegurança e desproteção dos trabalhadores alteram as relações e condições para a manutenção do trabalho. Nessas atuais configurações, são redesenhados os caminhos da burocracia, do imediatismo e do empirismo. Esses processos atingem diretamente o trabalho do assistente social e objetivamente dificultam a construção da dimensão investigativa. No entanto, o trabalho pautado por essa dimensão, embora fragilizado no plano teórico e político-interventivo, se imbuído pela vontade e compromisso ético-político profissional com os serviços prestados, resiste a tais condicionantes e empreende atitudes e ações que intentam superar a aparência dos fenômenos na luta pela defesa de direitos dos usuários e pela transformação social. (MOARES, 2016, p. 227).

Torna claro que a dimensão investigativa se faz presente no trabalho do/a assistente social na saúde, mesmo que de forma tímida, demonstrando que seu desenvolvimento não é determinado por questões político-institucionais, nem objetivas, apesar destas contribuírem para seu enfraquecimento. Ela é resultado do compromisso profissional deste/a com a qualidade dos serviços prestados, bem como aprimoramento intelectual (MORAES, 2017). A utilização da dimensão investigativa pelos/as assistentes sociais na saúde apontam

[...] que ela tem atingido papel importante para a leitura da situação institucional, da rede de atendimento sócio-assistencial, das demandas dos usuários, além de ser importante para a ação profissional, expressando seu caráter de horizontalidade e transitoriedade para as intervenções e, eventualmente, para pesquisas mais aprofundadas a respeito de determinados aspectos da realidade. [...] (MOARES, 2016, p. 228, supressão nossa).

Depois de tal esclarecimento a respeito da utilização da dimensão investigativa na área da saúde, abordaremos a respeito da dimensão investigativa a partir dos relatórios de estágio na saúde. O estudo dos relatórios revelou que não há uma homogeneidade na utilização das terminologias (quadro 1) empregadas pelos/as discentes para se referir a dimensão investigativa. Apresentando diversas formas que em sua maioria querem dizer a mesma coisa.

Quadro 1: Utilização de terminologias

Terminologia utilizada	Frequência
Relação teoria-prática	7
Articulação teoria-prática	3
Interlocação teoria-prática	1
Indissociabilidade entre teoria e prática	1
Integrar teoria e prática	1
Mediação teórico-prática	1
Dimensão investigativa	2
Investigação	5
Capacidade investigativa	3

Postura investigativa	4
Busca investigativa	1
Atividade investigativa	1
Olhar investigativo	1
Pesquisa	1

Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria.

Em alguns relatórios aparecem mais de uma terminologia, em outros aparecem apenas uma e em outros todas, em quatro (20%) deles não há a indicação de nenhuma das terminologias citadas no quadro 1.

A predominância da terminologia relação teoria-prática indica que os/as discentes compreendem a importância da não separação entre elas, entendendo que devem ser apropriadas como uma unidade, já que a teoria advém da prática. Isso indica também a utilização de uma *postura investigativa* na medida em que tomam esse processo como instrumento para conhecer a realidade em que está inserido/a e de que é a partir desse entendimento que se vai construir formas de intervenção. Isso pode ser demonstrado pelos fragmentos a baixo

[...] foi trabalhado na dimensão teórico-metodológica, na relação entre teoria-prática que visa a união entre conhecimento e formas de intervenção, ou seja, o conhecimento adquirido e como vão agir diante das inúmeras situações que lhes são apresentadas (Relatório 1).

A experiência de estágio curricular obrigatório nos possibilitou vivenciar a relação teoria e prática discutida na academia, pois nos permitiu fazer análise da realidade do campo, e a partir desse diagnóstico percebemos através das demandas trazidas pelo usuário os processos envolvidos pela expressão da questão social (relatório 11).

O estágio torna-se, portanto, um momento fundamental, pois é na vivência dele que todo conteúdo academicamente adquirido toma forma numa indissolúvel relação entre teoria e prática. E é nessa relação que se propicia o desenvolvimento de habilidades referentes à prática profissional do Serviço Social (relatório 17).

A realização do estágio supervisionado supõe transcender o cotidiano das atividades profissionais, extrapolando o nível do fazer, o que exige supervisão sistemática realizada pelo supervisor de campo e acadêmico, sendo este um momento específico e rico no processo de ensino-aprendizagem em que a síntese da relação teoria-prática se dá (relatório 19).

Como foi demonstrado a relação teoria-prática permite transcender o cotidiano, pois gera um processo reflexivo sobre sua própria prática o que provoca novas formas de ação. Foram encontradas diversas formas de descrever essa relação utilizando variadas terminologias como, articulação, indissociabilidade, interrelação, integrar e mediação. Assim estão expressas em alguns relatórios:

[...] foi possível perceber as dimensões teoria-prática como unidades indissolúveis, sendo que um vasto conjunto de situações foram postas como desafio para o serviço social e a resposta para tais demandas exige que esse conhecimento teórico adquirido na academia, junto com a prática, vivenciada na instituição de estágio, seja feito de forma reflexiva e criativa, demonstrando que a articulação teoria-prática é essencial no fazer profissional (relatório 7).

[...] o estágio destaca-se como um dos componentes pedagógicos mais importantes na articulação privilegiada entre teoria-prática no processo de formação profissional, no conjunto de elementos constitutivos das diretrizes curriculares (relatório 13).

Contudo, com a realização do estágio e a execução do projeto de intervenção foi possível comprovar a importância do estágio supervisionado na formação do aluno de Serviço Social, pois este proporciona aprendizado e reflexão sobre a prática profissional, articulando teoria e prática (relatório 14).

Durante o período, a articulação entre supervisão acadêmica e de campo no planejamento e execução do estágio evidenciou a importância da indissociabilidade entre teoria e prática (relatório 16).

[...] a realização de estágio na instituição concedente tem como objetivo 'proporcionar ao (à) estagiário (a) a oportunidade de integrar teoria e prática, possibilitando-lhe aperfeiçoamento técnico, científico, social e cultural e a contemplação dos créditos obrigatórios do curso' (relatório 17).

Conectada ao contexto socioeconômico e político contemporâneo está comprometida com as finalidades estatutárias descritas no art. 2º, vem por deliberar e traçar uma política nacional de estágio na área de Serviço Social entendendo que é fundamental os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do Assistente Social (relatório 19).

O estágio supervisionado é uma atividade indispensável na formação acadêmica, porque institui um momento para adquirir conhecimentos e aprimorar habilidades que são fundamentais ao exercício profissional, objetivando a articulação entre teoria e prática (relatório 20).

Nas diretrizes curriculares (1996) a postura investigativa é apresentada como suposto para essa relação/mediação/articulação entre teoria e prática do exercício profissional e para a construção de formas de intervenção no enfrentamento das desigualdades sociais, e é colocada como pressuposto para a dimensão investigativa. Para Guerra (2009) a postura investigativa faz parte da dimensão investigativa construída através da capacitação e formação profissional constante. Moraes (2016) entende a postura investigativa como um dos elementos da dimensão investigativa, que é desenvolvida no contato direto com a realidade social no espaço em que estiver inserido, supõe criticidade/curiosidade/estranhamento das demandas e dos processos de trabalho. A postura investigativa foi colocada da seguinte forma pelos/as discentes/estagiários/as:

A postura investigativa adotada no primeiro momento do estágio nos fez perceber que dentro do ambulatório um dos fatores que contribuem para a ocorrência da baixa adesão é a precariedade das condições socioeconômicas dos usuários (relatório 8).

O Serviço Social tem atribuições de ampliar e consolidar a cidadania, a equidade e a justiça social na perspectiva da universalidade aplicando o compromisso e competência no seu agir profissional tendo uma formação permanente e uma postura investigativa priorizando uma relação sistemática com o usuário dos serviços oferecidos (relatório 13).

No que tange à aprendizagem de habilidades e competências, mencionamos o desenvolvimento de uma postura investigativa, interventiva e ética; o exercício do planejamento das ações e do registro das atividades. Também apresentamos autonomia ao realizar alguns atendimentos, sempre mediante acompanhamento da supervisora de campo (relatório 18).

Isto contribui para apreendermos sobre o fazer profissional, como também desenvolver uma postura crítica, propositiva e investigativa concernente a realidade (relatório 20).

Os fragmentos citados constataam que alguns/as discentes desenvolveram uma postura investigativa durante o processo de realização do estágio, o que não indica necessariamente uma ação investigativa. No entanto, explorando cuidadosamente os fragmentos verifica-se que houve um direcionamento para a construção da ação investigativa, já que esta requer a anotação, sistematização e análise da realidade, o que foi descrito nesses trechos.

A terminologia dimensão investigativa só foi utilizada em três relatórios e em dois aparece através de citação indireta, entretanto, não é feita uma conceituação a seu respeito, ela é apenas citada como parte importante do processo de formação ou indicada pelas diretrizes curriculares como princípio formativo.

A articulação das dimensões investigativa e interventiva da profissão sobre as expressões da questão social, sejam elas, intra ou extra estágio, com o usuário ou com a instituição, demandou sempre o planejamento e supervisão sistematizada das ações (relatório 5).

[...] podemos assimilar nessa primeira experiência de profissional durante o estágio, espaço de ensino-aprendizagem, os instrumentos que articulam as dimensões investigativa e interventiva da profissão, que exigiu uma articulação das dimensões que norteiam a profissão, quais sejam: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política (BURIOLLA, 2006) (relatório 5).

Buscando alcançar o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva da realidade do campo de estágio abordamos o cotidiano profissional, as demandas trabalhadas, os instrumentais utilizados, a aplicabilidade legislativa, a dimensão investigativa, a relação interdisciplinar, os recursos e condições de trabalho e a caracterização e discussão das possibilidades, dificuldades e limites do agir profissional no âmbito das relações organizacionais e das políticas sociais (relatório 11).

As Diretrizes Curriculares adotam como princípio da formação profissional: a flexibilidade dos currículos através da organização de disciplinas e de outros componentes curriculares (oficinas, seminários, estágio, atividades complementares); o teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço social; a adoção de uma teoria crítica possibilitando uma compreensão da sociedade nas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; utilização das dimensões investigativa e interventiva na formação profissional; presença da interdisciplinaridade; indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e

extensão; pluralismo e indissociabilidade entre o profissional na supervisão acadêmica e na atividade de estágio (ABEPSS, 2002) (relatório 18).

Os trechos encontrados sinalizam que por mais que não tenha sido feita uma conceituação do que é a dimensão investigativa, ela foi descrita, bem como utilizada no processo de estágio na área de saúde e/ou sinalizada como elemento constitutivo da formação e exercício profissional.

As terminologias investigação, busca investigativa, capacidade investigativa, atividade investigativa, olhar investigativo e sujeito investigativo, tiveram maior presença que a expressão dimensão investigativa, tendo representatividade em metade (10) dos relatórios analisados.

Todas elas queriam dizer a mesma coisa, indicar a construção de uma possível postura e em outros, a de uma ação investigativa no caminho da dimensão investigativa. Demonstrando que esses/as discentes/estagiários/as as entendem como sinônimo de dimensão investigativa. O que Moraes (2016) apresenta enquanto um equívoco, pois a dimensão investigativa só se efetiva com a utilização e desenvolvimentos de seus dois aspectos.

Acompanhar os casos utilizando instrumentais de investigação (entrevista, depoimentos, visitas e documentação) (relatório 6).

[...] houve o processo de investigação do nosso público-alvo, a fim de conhecê-los e saber as reais necessidades desse segmento (relatório 7).

Quanto do ponto de vista profissional tem-se como desafio a preocupação constante com a busca investigativa e com o aprimoramento intelectual, exercendo sua profissão sem ser discriminado, nem discriminar (relatório 10).

O trabalho do Serviço Social requer profissionais dotados de criticidade, criatividade, competência teórico-metodológica, instrumental técnico-operativo, e compromisso ético-político, capacidade investigativa, e prática profissional referente ao querer fazer e de que forma fazer o seu trabalho (relatório 11).

Na passagem dos anos de 1980 para os de 1990 verificamos que a prática profissional procurou fundamentar suas ações diretas da fonte marxista, utilizando do instrumento da investigação para explicar as facetas da questão social, geradas pela atual conjuntura neoliberal (relatório 13).

O Estágio Supervisionado II tem como objetivo desenvolver competências profissionais nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com relação à elaboração do projeto de intervenção: condução de atividades investigativas, formulação de estratégias de ação, definição de instrumentos de trabalho, elaboração de registros técnicos e sistematização das atividades desenvolvidas (relatório 14).

[...] era necessário que a construção do projeto de intervenção estivesse fundamentada em uma investigação cuidadosa, para que após a execução do mesmo, houvesse uma melhoria nos serviços de saúde oferecidos as crianças, e o princípio da integralidade, preconizado pelo SUS, fosse de fato garantido (relatório 15).

Como foi citada no item da sistemática da operacionalização, a escolha do tema para o projeto de intervenção ocorreu a partir do processo de observação das demandas apresentadas na unidade, sendo também acompanhada pela discussão e reflexão críticas feitas entre a proponente do projeto e a supervisora de campo. É importante frisar que a escolha da temática permitiu o exercício da pesquisa, através do processo de investigação da realidade. Assim a escolha da temática foi feita de forma consciente, a partir de dados concretos e não superficiais (relatório 15).

A inserção no campo de estágio desencadeou um momento de grande aprendizado, e experiência adquirida cotidianamente, digna de reiteração. A atividade de estágio pressupõe o olhar crítico investigativo e reflexivo do cotidiano profissional (relatório 16).

O estágio é instrumento fundamental na formação da análise crítica das demandas reais colocadas à profissão e contribui, consideravelmente, para o desenvolvimento de capacidades interventivas, propositivas, investigativas e criativas do aluno. Impulsiona a identificação de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, e constrói, paulatinamente, e em conjunto com o desenrolar do curso, um perfil profissional (relatório 19).

Cabe ao estagiário, sujeito investigativo, crítico e interventivo compreender a realidade social, inserido no processo de ensino aprendizagem, construindo conhecimento e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força os sujeitos, as contradições da realidade social (relatório 19).

Entende-se, portanto que o estágio é o espaço que permitirá ao aluno a prática de atividades profissionais que contribuirão não só para sua formação, mas na construção de sua identidade profissional. '[...] instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social[...]' (PNE, 2011, p 11) (relatório 20).

Os fragmentos acima descritos certificam que os/as discentes tem clareza da importância da utilização da ação e da postura investigativa, e as utilizam, porém não as relacionam a dimensão investigativa, o que pode demonstrar a não compreensão do seu significado.

Fica evidente que a maior parte dos fragmentos reproduzidos se referem ao processo de identificação da problemática para o projeto de intervenção de estágio, do momento de conhecimento da instituição e do exercício profissional na saúde. Em todos esses momentos é possível perceber a preocupação em conhecer a realidade que vai intervir, identificar as demandas recorrentes, compreensão da conjuntura do momento em que está se referindo e ainda com relação ao aprimoramento intelectual, associados a discussão e reflexão crítica desses processos.

Todas essas observações nos leva a afirmar que em sua maioria os/as discentes/estagiários/as exercitaram a dimensão investigativa ainda que sem total compreensão de seu significado específico. Pois ao se ter a preocupação de

conhecer/compreender as reais necessidades dos sujeitos de sua ação já é um indicador da sua utilização que se efetiva no momento da intervenção e sistematização da mesma como foi possível apreender na análise dos relatórios.

Contudo, vemos a partir das discussões feitas nos itens anteriores que a dimensão investigativa não se limita a esse momento, ela deve perpassar todo o processo de formação profissional e ter continuidade depois no exercício de suas atribuições.

O quadro 2 vai apresentar onde estão localizadas as terminologias que foram descritas e analisadas nos parágrafos anteriores. Chama a atenção ainda o fato de que em quatro dos relatórios não existiram nenhuma menção a qualquer das terminologias identificadas.

Quadro 2: Localização das terminologias nos relatórios

Onde aparece	Quantidade
Introdução	3
Introdução e Operacionalização do projeto	1
Serviço Social na instituição e considerações finais	1
Introdução, Operacionalização do projeto e Considerações finais	1
Projeto de intervenção	1
Introdução e Considerações finais	2
Introdução, Serviço Social na instituição e considerações finais	1
Introdução, Serviço Social na instituição e avaliação do processo de estágio	1
Introdução, Serviço Social na instituição	2
Operacionalização do projeto	1
Considerações finais	1
Introdução e avaliação do estágio	1
Não existe	4
TOTAL	20

Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria.

Observa-se que não há uma parte específica do projeto para a presença das terminologias, porém fica claro que é na introdução o seu lugar mais presente, uma vez que em sua maioria, mesmo quando presente em outros fragmentos, também estavam na introdução, tiveram bastante representatividade também nas considerações finais e na parte que trata do Serviço Social na instituição.

CAPÍTULO III

PROJETOS DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO: REFLEXÕES SOBRE O USO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA

A exposição deste capítulo começa com a caracterização de nossa amostra, esclarecendo como foi constituída, seus destaques e configurações. Em seguida, avançando o debate desenvolvido ao longo desse texto e entendendo o desenvolvimento de estágio como momento singular do processo de formação profissional fazemos algumas considerações a respeito do projeto de intervenção de estágio e refletimos sobre os usos da dimensão investigativa nas intervenções de estágio.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A saúde é compreendida na atualidade como um conjunto de fatores que influenciam no processo saúde/doença, habitação, alimentação, saneamento, transporte, são elementos que vão determinar a condição de saúde do sujeito. Com base nessas considerações nossa amostra foi constituída pelos relatórios de estágio curricular obrigatório na área da saúde, da Universidade Federal de Sergipe, no período de 2007 a 2015.

Esta área de atuação profissional tal como abordado no capítulo 2 abrange diversos campos de ação que perpassam todas os seus três níveis de atenção – baixa, média e alta complexidade. A partir da análise dos relatórios encontrados podemos dizer que o estágio curricular obrigatório ocorre em diversos espaços (demonstrado no quadro 3) abrangendo os distintos níveis de complexidade. A partir desse panorama construímos uma amostra que permitisse ter uma visão geral das especificidades dessa área de atuação profissional.

Quadro 3: Instituições - campos de estágio na saúde

Indicador	Campo de estágio na saúde	Total
01	Hospitais	21
02	USF	21
03	CLINESE	3
04	CEMAR	4

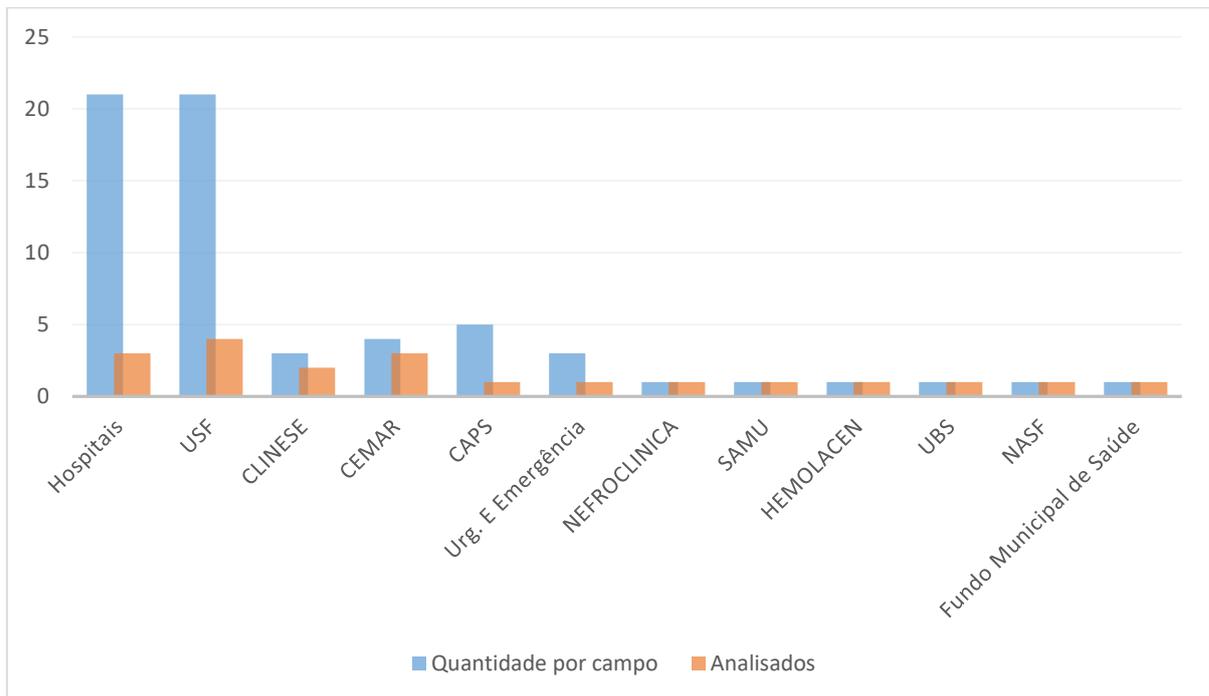
05	CAPS	5
06	Unidade de Urgência e Emergência	3
07	NEFROCLINICA	1
08	SAMU	1
09	HEMOLACEN	1
10	UBS	2
11	NASF	1
12	Fundo Municipal de Saúde	1
TOTAL		64

Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria.

Nossa amostra se utilizou de 20 relatórios do total de 64 encontrados, correspondendo a aproximadamente 24% desse total. A escolha de cada relatório para compor a amostra foi realizada fazendo o confronto de dados entre relatórios disponíveis, ano e instituição. Isto foi necessário para contemplar as diferentes instituições identificadas a partir dos espaços sócio-ocupacionais da saúde que recebem o estágio curricular obrigatório. O gráfico 1 demonstra quais foram esses espaços encontrados e o percentual por campo analisado. Percebemos a predominância nos Hospitais e Unidade de Saúde da Família – USF. Os Hospitais abrangem a rede pública e privada, apesar dessa segunda não ter feito parte de nossa amostra de análise.

Nos hospitais, tiveram presença o Hospital Universitário – HU/UFS, Hospital e Maternidade São José, Hospital Primavera, Hospital Municipal Zona Norte Dr. Nestor Piva e Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE. A presença de assistentes sociais na saúde é de caráter expressivo e crescente em especial após a CF/88, que traz um novo conceito de saúde reforçando a importância desse/a profissional na área.

A inserção de assistentes sociais na saúde da família no município de Aracaju data de 1998, se deu de forma ascendente, conta na atualidade com um quadro de 43 profissionais de Serviço Social, que corresponde a 1 por USF (GOMES; LEITE; BELFORT, 2016). Apesar do conceito ampliado de saúde ter “rompido” com a determinação biológica do processo saúde-doença, essa visão é muito presente ainda entre os/as médicos/as. O/a assistente social “[...] tem reafirmado o compromisso com a superação desta visão reducionista de atenção em saúde, em consonância com o projeto ético-político da profissão.” (GOMES; LEITE; BELFORT, 2016, p. 12).

Gráfico 1: Campos de Estágio

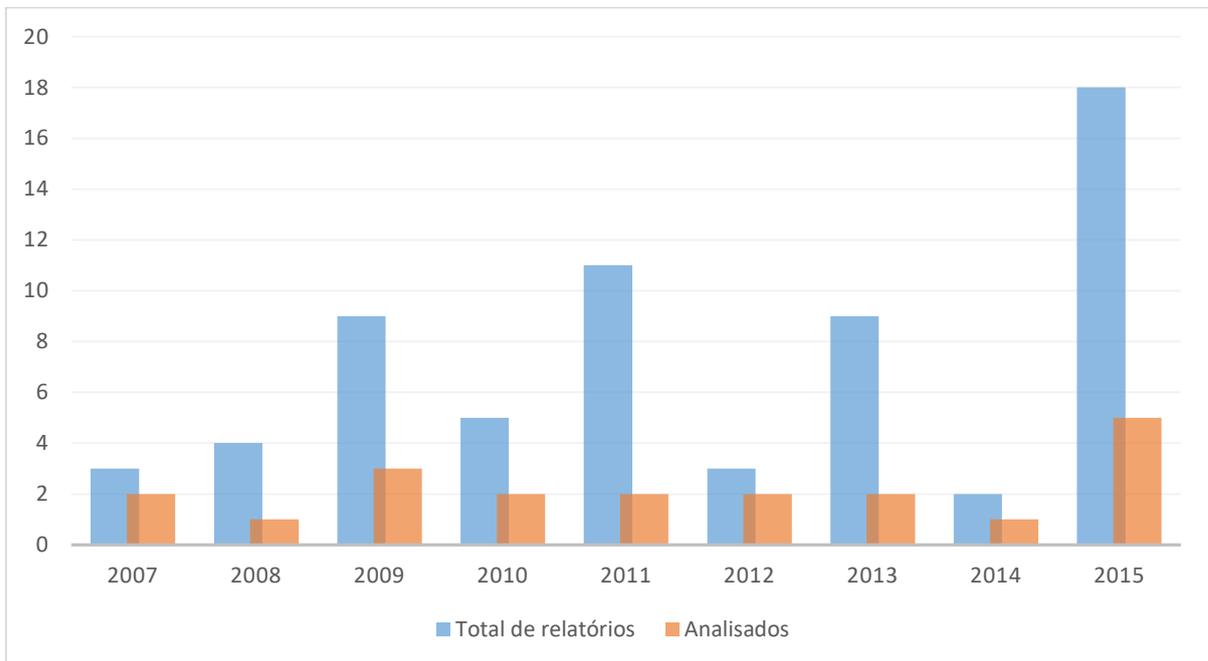
Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria.

Distinguímos uma diversificação de campos de estágio na saúde, demonstrados no gráfico 1, o mesmo certifica precisamente que conseguimos fazer o estudo de todos os campos encontrados, possibilitando maior compreensão de como nosso objeto se apresenta nas mais variadas áreas de estágio ligadas à saúde.

Foi possível perceber a partir dos dados obtidos que existe uma vinculação entre o crescimento de oferta de campos de estágio na saúde com a quantidade de estágios realizados em Hospitais e USFs, tendo maior representatividade destes em igual número (7 de cada) no ano de 2015.

Os espaços sócio-ocupacionais da saúde contemplados em nossa amostra foram os mais diversos, desde a atenção básica (Unidade de Saúde da Família e/ou Unidade Básica de Saúde) a média (Unidade de Pronto Atendimento, clínicas especializadas, hospitais de pequeno porte) e alta complexidade (Hospitais de grande porte). Entre os dois campos com maior número de relatórios – hospitais e USF – podemos ainda destacar a predominância de alguns espaços, entre os hospitais houve maior presença do HUSE e do HU/UFS.

Dentro da divisão de complexidade caracterizada pelo SUS, e com base nos relatórios encontrados podemos citar: na baixa complexidade ou atenção básica, as USFs, na média, os CAPS, as unidades de urgência e emergência, o CEMAR, a CLINESE, entre outras e na alta complexidade o HUSE e o HU/UFS (este último é de média e alta complexidade).

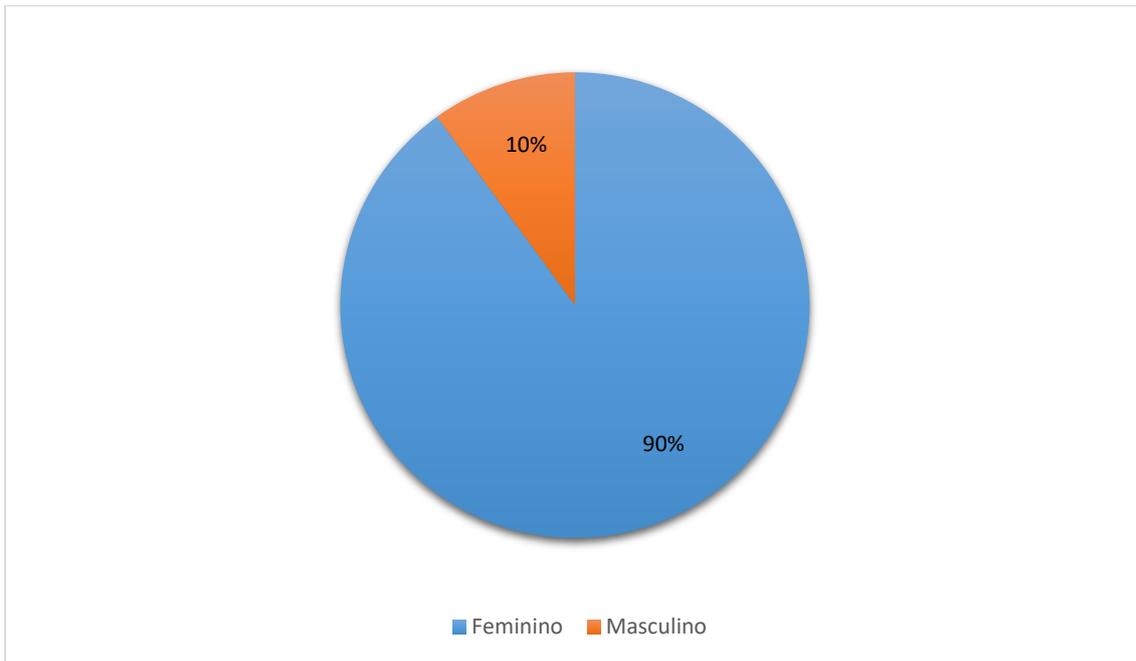
Gráfico 2: Relatórios de estágio na saúde por ano

Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria

Podemos afirmar que conseguimos fazer a análise de uma média de 24% dos relatórios encontrados por ano. O gráfico 2 expressa um crescimento significativo de relatórios no ano de 2015 na área, o que pode estar relacionado com maior interesse dos/as discentes na área ou simplesmente porque foi o espaço que mais ofertou vagas no referido ano. “Atualmente, a rede pública de Aracaju está assim estruturada: REAP, REAPS, REAE, REUE e REAST⁸, com um quantitativo de 102 (cento e dois) assistentes sociais distribuídos nas cinco redes, o que identifica o setor saúde em Aracaju como um dos mais importantes campos de inserção profissional.” (GOMES; LEITE; BELFORT, 2016, p.10). Isso pode justificar o crescimento de vagas de estágio na saúde. No gráfico 3 trazemos a composição da amostra por gênero.

⁸Rede de Atenção Primária (REAP), Rede de Atenção Psicossocial (REAPS), Rede de Atenção Especializada (REAE), Rede de Urgência e Emergência (REUE) e Rede de Atenção à Saúde do Trabalhador (REAST).

Gráfico 3: Distribuição de discentes por gênero



Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria

A análise da autoria dos relatórios e dos/as supervisores/as (acadêmicos e de campo) possibilitou visualizar a questão de gênero. Verifica-se a predominância do sexo feminino entre os/as alunos/as, estes estão exemplificados no gráfico 2, com presença de 90% de discentes do sexo feminino e apenas 10% do sexo masculino. Um dado importante a ser mencionado é o de que foi identificado entre os supervisores/as acadêmicos/as e de campo uma predominância também feminina, com percentual de 100% entre estes. Isso demonstra a marca histórica da presença feminina na profissão que está relacionada com o objetivo da intervenção do Serviço Social em sua gênese no Brasil.

A profissão foi institucionalizada vinculada a igreja católica para responder aos interesses das classes dominantes de adequação da classe trabalhadora industrializada emergente e controle dos conflitos sociais existentes. A marca feminina da profissão é concebida

[...] como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho (CISNE, 2012, p. 44).

Percebemos também que alguns nomes de supervisores acadêmicos foram predominantes, dos vinte analisados, 5 deles correspondendo a 20%, eram mais presentes. O que pode representar uma maior participação e/ou permanência dessas docentes na disciplina de estágio. Já com os/as supervisores de campo essa repetição foi encontrada em apenas um nome. Devemos levar em consideração aqui, que os campos de estágio são diversificados, por isso existe também maior multiplicidade de nomes. Feita tais considerações a respeito da amostra, item seguinte trataremos da dimensão investigativa na intervenção de estágio.

3.2 A utilização da dimensão investigativa na intervenção de estágio

Na direção de iniciar o debate proposto para essa sessão faremos algumas considerações a respeito de projetos de profissionais/intervenção. É imprescindível para qualificada atuação profissional que o/a assistente social em qualquer espaço que chegue para atuar, faça o estudo da realidade em que vai agir. Pois entende que sua ação pode tanto resultar na afirmação e continuidade do que está posto socialmente, quanto pode criar condições para problematização e/ou transformação dessa sociabilidade (COUTO, 2009).

Para o desenvolvimento de tal postura é preciso ter clareza da natureza da profissão, dos seus fundamentos éticos, políticos, teóricos e metodológicos, baseados em uma formação profissional qualificada e continuada. “[...] Ao assumir um espaço sócio-ocupacional, há que se estabelecer, com clareza, o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas que competem à instituição; [...]” (COUTO, 2009, p. 3). Traçar um plano de ação que não se limite as requisições institucionais, garantindo o compromisso com o projeto ético-político profissional.

Para elaboração do projeto de trabalho é indispensável a presença de características tais como a) o estudo e análise da instituição que está inserido, buscando entender como é organizada, as possibilidades de diálogo, etc.; b) a identificação dos seus/as usuários/as, para saber quais são suas características, demandas, formas de organização, resistência, etc.; c) a identificação da instituição dentro da totalidade social; e d) qual referencial teórico subsidiará seu projeto e atuação. (COUTO, 2009).

Ao compreender os processos sociais em que estão envolvidos os cidadãos usuários como produto do tensionamento da apropriação do espaço do trabalho pelo capital, o assistente social busca, na realidade, nas potencialidades coletivas dos sujeitos, elementos que lhes ajudam a enfrentar suas dificuldades e a criar um caldo de cultura que permita oferecer estratégias de enfrentamento. (COUTO, 2009, p. 6).

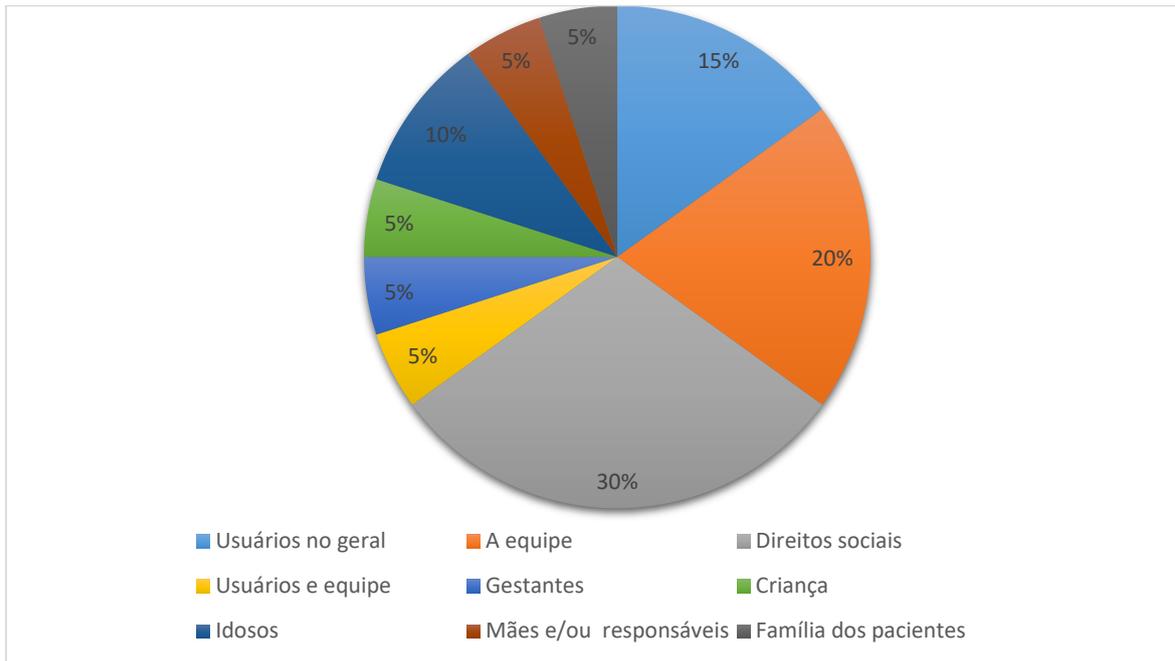
O desenvolvimento das atividades profissionais e durante o processo de estágio devem estar voltadas para reafirmação dos princípios essenciais do código de ética profissional. O projeto de trabalho deve conter os seguintes elementos: identificação do objeto com delimitação e justificativa de sua escolha; objetivos e metas a serem alcançados; recursos necessários para operacionalização; é preciso também “[...] que o projeto indique os mecanismos de controle social de seu trabalho, como os registros serão efetuados e como o conhecimento produzido no trabalho será potencializado [...]. (COUTO, 2009, p. 8, supressa nossa).

No curso de Serviço Social da UFS o projeto de intervenção de estágio é elaborado durante o desenvolvimento do estágio II e executado durante o estágio III. E segue a seguinte estrutura: apresentação; localização do problema; justificativa; objetivos (geral e específicos); contextualização do objeto de intervenção (referencial teórico); metodologia; avaliação; recursos (materiais, humanos, institucionais) e parcerias; cronograma; e referências bibliográficas.

O projeto de intervenção de estágio objetiva que o/a discente/estagiário/a desenvolva a capacidade de que inserido na realidade identifique as demandas requisitadas ao/a profissional, conseguindo visualizar problemáticas que demandem intervenção e assim construir um projeto de ação. Exercitando sua capacidade teleológica de pensar o problema e apresentar possíveis soluções, que deve estar fundamentado na dimensão investigativa.

Esse movimento é possível por conta especialmente da estrutura do estágio I (embora seja permeado de peculiaridades e atraso em sua inserção) permite o/a estagiário/a fazer o estudo e análise da questão social, vinculando com o momento atual, da política que está inserido e da instituição (histórico, estrutura, usuários, Serviço Social, etc.). Ainda acrescenta-se o diário de campo que permite a sistematização das atividades e assim voltar a ele e fazer a reflexão das ações, este proporciona ser um instrumento de constante autoavaliação.

No estudo dos relatórios de estágio na área da saúde para identificação da utilização da dimensão investigativa pelos/as discentes/estagiários/as, explorando os projetos de intervenção, identificamos uma multiplicidade de focos de ação (gráfico 4), que se relacionam em sua maioria para a socialização de informações sobre os direitos sociais.

Gráfico 4: Foco dos projetos de intervenção

Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria.

O gráfico 4 localizado acima demonstra que foram variados os segmentos dados pelos projetos de intervenção dos/as discentes/estagiários/as, entretanto o com relação aos direitos sociais teve maior expressividade, e mesmo os outros segmentos também tocavam na questão dos direitos. Escolhemos separá-los, porque havia a identificação desses para um público específico, como por exemplo, esse título de um projeto: “Idoso: conheça e assegure seus direitos”.

Esses projetos voltados para os direitos sociais seguem uma linha de pensamento na direção de empoderar os/as usuários/as a respeito do que lhe é garantido constitucionalmente e estimulá-los a buscar e cobrar seu acesso. Com relação a esse processo Moraes (2016) afirma:

[...] ainda que existam particularidades diferenciais no processo de trabalho coletivo construído na área da saúde, é possível reafirmar que, entre os assistentes sociais, é hegemônico o discurso da garantia de direitos por meio de trabalho sócio-educativo centrado no uso da informação, que objetiva levar o usuário a refletir e desempenhar papel de protagonista de sua vida. [ênfatisa] [...] a importância da dimensão investigativa na abordagem aos usuários para conhecimento de sua situação singular de adoecimento e identificação de seus determinantes, com o objetivo de orientá-los a respeito de formas de prevenção de doenças, mudanças comportamentais vinculadas a estilos de vida e informações quanto aos seus direitos sociais. (MORAES, 2016, p. 223, supressão e acréscimo nosso).

Em conjunto com a questão dos direitos perpassa a necessidade de socialização de informações voltada tanto para os usuários/as (independente do segmento), como para a equipe de profissionais das instituições de saúde. Quanto a isso tivemos uma representatividade em doze dos relatórios (estavam presentes mesmo quando o foco era outro) em sua maioria voltados para a socialização de informações quanto a esclarecimento sobre determinadas doenças, com a importância da família para o processo de tratamento, sobre os serviços ofertados, a respeito de condicionalidades de programas sociais, entre outros.

Todas essas questões demonstram a fragilidade de acesso a informação nos espaços da saúde, por isso a necessidade da dimensão investigativa, para não ficar só repassando informações sem entender o que está por trás delas, para buscar compreender o que o/a usuário/a demanda além daquela informação, e assim gerar possibilidades de estudos e intervenção.

Moraes (2016) diz que, na saúde a dimensão investigativa tem sido por vezes construída de forma fragmentada, caracterizada pela espontaneidade e ligeireza que é corriqueira do trabalho nessa área. Indica que sua operacionalização deve estar baseada em um planejamento “[...] pautado por observações e registros sistemáticos da realidade, que contribuirão para aprofundar as reflexões e apontarão novas possibilidades investigativas e interventivas.” (MORAES, 2016, p. 247, supressão nossa). O trecho a seguir expressa uso de tais instrumentos.

Para alcançarmos o objetivo proposto utilizamos instrumentais como observação sensível, dinâmica de grupo, escuta qualificada, diário de campo, relatórios e estudos bibliográficos sobre as temáticas propostas (relatório 10).

A intervenção de estágio possibilita o exercício de atitudes e ações que caminham na direção da operacionalização da dimensão investigativa, uma vez que reivindica posturas e ações que possibilitam seu desenvolvimento. O quadro 4abaixo expressa procedimentos de pesquisa desenvolvidos do momento de construção do projeto de intervenção ao da operacionalização e avaliação. Eles são expressão de requisitos que identificam a utilização da dimensão investigativa, porém não quer dizer necessariamente que todos os discentes/estagiários/as as utilizem, mesmo porque, como já foi dito nem todos/as fizeram referência a mesma.

Quadro 4: Procedimentos de pesquisa

Procedimento	Objetivo proposto
Observação	Para conhecimento da dinâmica da instituição, das demandas e identificação da problemática para intervenção.
Entrevista	Para avaliar o nível de conhecimento do público-alvo com relação a temática a ser abordada.
Questionário	Para caracterização do público-alvo, mapeamento das demandas e como instrumento de avaliação do projeto de intervenção.
Pesquisa bibliográfica	Para o estudo e fundamentação teórica do tema a ser tratado, inclui-se aqui o estudo de legislações, livros, artigos, etc. sobre o tema.
Levantamento de dados	Para identificar as condições institucionais, que possam travar ou não as propostas de ação.
Relatório	Para sistematizar as ações e facilitar a realização de possíveis atividades posteriores, feitos ao final de cada intervenção.

Fonte: Dados obtidos com base nos relatórios de estágio do DSS/UFS. Elaboração própria.

É importante destacar que não são todos os procedimentos descritos que aparecem em cada relatório, eles estão distribuídos, ora aparece em apenas um, em outro aparece três ou quatro procedimentos e em outros tem a representatividade de todos. Porém, tem relatórios que não descrevem a utilização de alguns dos instrumentos, mas pela estrutura e desenvolvimento do mesmo, fica claro que foi utilizado, como é o caso da pesquisa bibliográfica. Nem todos descreveram sua aplicação, porém todos tem referencial teórico o que sugere que ela foi desenvolvida.

[...] pesquisamos sobre a população idosa e grupo de convivência e elaboramos o projeto de intervenção simultaneamente, na instituição, conhecemos as principais demandas e começamos a assumir a realização de alguns atendimentos. [...] Tanto no estágio II quanto no III adotamos atitudes investigativas e interventivas e utilizamos os instrumentos de trabalho do assistente social (relatório 18).

Entrevista semi-estruturada, e utilizou um formulário de pesquisa de dados sociais, acerca do tipo de acidente, e do conhecimento prévio sobre o DPVAT para facilitar a abordagem inicial do paciente e/ou acompanhante, cujos resultados serão sistematizados e analisados, o que agrega um conteúdo investigativo ao projeto de intervenção (relatório 11).

Os extratos descritos expressam o cuidado dos/as discentes/estagiários/as em primeiro conhecer para poder intervir e assim imprimir qualidade as respostas dadas as demandas requisitadas pela população. É relevante enunciar que essa característica não esteve presente

na totalidade dos relatórios, mas teve representatividade, o que atesta ser possível o desenvolvimento da dimensão investigativa e/ou parte dela no campo da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido e aqui apresentado teve fundamentação teórico-metodológica no materialismo histórico dialético, o que permitiu a análise do tema e objeto em suas diversas manifestações e contradições.

Entendemos a realidade como dinâmica, em constante transformação e permeada de contradições. O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e sendo parte dessa totalidade, precisa compreender suas configurações, uma vez que a “questão social” seu objeto de trabalho é fruto de tais contradições. Defendemos que esse processo de conhecimento do seu objeto de trabalho deve ser constante e não limitado a graduação.

Compreendendo a importância de uma formação qualificada e continuada, bem como, da constante busca de conhecimento e interpretação crítica da realidade, concebemos a dimensão investigativa como parte da dimensão interventiva. Esta última através da utilização de seus instrumentos e técnicas permite dar visibilidade a profissão, todavia, se realizada sem a devida articulação com dimensões teórico-metodológica e ético-política não garante qualidade as ações. E ainda pode deixar transparecer que o fazer do Serviço Social pode ser desenvolvido por qualquer profissional, na medida em que se torna apenas repetidor de ações, sem criticidade e reflexão, se torna o “*fazer por fazer*”.

O principal conceito de dimensão investigativa utilizado foi o de Moraes (2016), o qual a coloca como um processo que é efetivado a partir de dois momentos, o primeiro ele chama de *postura/atitude investigativa* (criticidade, curiosidade, estranhar o comum) e o segundo de *ação investigativa* (sistematização e análise da realidade, questiona o naturalizado, caráter político-organizativo). A segunda requer necessariamente a aplicação da primeira, porém, seu contrário não é verdadeiro.

Claro que essa relação não é tão simples assim, requer compromisso ético-político e resistência, pois, entendemos ainda sua condição de trabalhador/a assalariado/a que é cobrado/a a responder os interesses institucionais (cumprir metas, por exemplo). Mas preciso lembrar também que este/a profissional assumiu um compromisso com a classe trabalhadora de defesa de seus interesses e caminhar no sentido de construir possibilidades superação desse modelo de sociedade.

Então no desenvolvimento das suas ações deve buscar efetivar esse compromisso, não se distanciando do seu projeto ético-político. E esta deve ser ensinada na graduação para que independente do espaço em que o/a profissional se inserir possa efetiva-la.

O estágio curricular obrigatório é um dos momentos mais esperado pelos/as estudantes, visto que tem a possibilidade de fazer a relação teoria-prática. Esse momento indiscutivelmente é primordial para a formação profissional, entretanto, este deve ser entendido em processo e conectado a toda trajetória acadêmica, para não correr o risco de pensá-lo como “treino da prática” e sim como um momento em que é possível fazer a sistematização e correlação do que foi discutido e aprendido em sala de aula com o que se apresenta como forma de demandas aos/as profissionais. Esse entendimento tem base na compreensão de que a teoria advém da realidade, não é algo estranho a ela, embora tenham diferentes configurações.

O estágio pode ser obrigatório ou não-obrigatório, o segundo tem assumido o papel de garantir a permanência dos/as aluno/as na universidade, já que a assistência estudantil não a garante. Isso acarreta processos de precarização desse momento tão caro a formação profissional, pois por vezes os alunos são inseridos em espaços que não garantem um processo qualificado. Acarreta ainda sobrecarga para esse/a estudante, uma vez que soma-se nos últimos períodos do curso ao estágio obrigatório.

A análise dos documentos que norteiam o estágio proporcionou perceber que a dimensão investigativa é compreendida por estes como constitutiva da formação e exercício profissional, devendo ser indissociável da interventiva.

O Serviço Social é considerado desde 1997 como profissional da saúde, porem o CFESS enfatiza que a profissão não se limita a essa área de atuação, sendo sua formação voltada para capacita-lo/a para atuar em qualquer área que requeira sua intervenção, dentre elas: assistência, previdência, educação, sócio jurídico, entre outras. A saúde desde a CF/88 é compreendida como direito de todos e dever do Estado e determinada por fatores biológicos e sociais, o que permitiu ampliar ainda mais os espaço de atuação do Serviço Social na área.

Os processos de desenvolvimento da sociedade capitalista provocaram novas roupagens para essa sociabilidade, com a política de ajustes fiscais em especial, que retira cada vez mais verbas da área da saúde e social. Torna o SUS fragilizado não efetivando o que foi preconizado na constituição, afetando diretamente o trabalho da/a assistente social.

O estudo demonstrou a partir da análise dos dados que os/as discentes/estagiários/as tem clareza da importância de se fazer a relação teoria-realidade, a entendendo como unidade. Esse é um primeiro passo na direção de construção e desenvolvimento da dimensão investigativa. A postura investigativa foi mais citada por eles/as, inclusive com uso de várias terminologias como atitude investigativa, busca investigativa, sujeito investigativo, etc. dessa

forma foi utilizada em todos os relatórios, exceto os quatro que não tiveram nenhuma expressão citada.

Não houve em nenhum dos relatórios a conceituação da dimensão investigativa, contudo ela foi descrita como importante ao processo de estágio, como integrante do exercício profissional, ela foi utilizada, mas não foi explicada. A própria estrutura tanto da disciplina de estágio, como do relatório de estágio já incentivam o processo investigativo, pois requer o estudo e análise da instituição, da política de saúde, do Serviço Social (apesar de nesse item não haver muita discussão sobre as condições de trabalho destes, fica mais na descrição de suas atividade), dos/as usuários/as, da “questão social”.

A dimensão investigativa foi compreendida como postura ou ação, sendo usada em momentos de uma forma ou de outra, mas não foi compreendida em seu conceito, dado que também foi encontrado por Moraes (2016).

Ficou claro que em sua maioria os/as discentes/estagiários/as fizeram uso hora da postura, hora da ação investigativa, que quando utilizando esta segunda efetiva a dimensão investigativa, porém não demonstraram entender o conceito de dimensão investigativa.

Isso sugere pensarmos suposições para tal resultado, que pode estar relacionado a) ao pouco debate da mesma em sala de aula; b) simplesmente não foi citada; ou c) realmente a entendem somente como postura investigativa.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. C. P.S; VASCONCELOS, M. da C. A. O assistente social na rede de urgência e emergência de Aracaju. GONÇALVES, M. da C. V (Org.). **Política Social e serviço social**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

ALMEIDA, L. S. G.; SANTOS, V. C. dos. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2010.

AMICUCCI, E. M. de M. **Estágio supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios**. Franca, 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, 2011. Disponível: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/marques.pdf>> Acesso em agos. de 2017.

ANDRADE, A. O.; PEIXOTO, I. S. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2015.

ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S. da; YAZBEK, M. C. (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em 10 set. de 2017.

_____. ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE). <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 10 set. de 2017.

BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo. Veras Editora, 2006.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**/Lei 8662/93. Brasília, 2012.

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação do SUS** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2003.

_____. **Constituição Federal** de 1988, 35° ed. Brasília, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Taynara/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf> Acesso em 09 de abr. de 2017.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

_____. Presidência da República. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Publicada no DOU de 26 de setembro de 2008. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm >. Acesso em 15 de jun. 2017.

_____. **Resolução nº 218 de 06 de março de 1997**. Conselho Nacional de Saúde. Ministério da Saúde, 1997. Disponível em: <sna.saude.gov.br/legisla/legisla/exerc_p/RES_CNS218_97exerc_p.doc> Acesso em: 02 de set. de 2017.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. MOTA, A. E. *et al.* (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 197-217. Disponível em <http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf> Acesso em 03 de set. de 2017.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ed. São Paulo. Editora Outras Expressões, 2012.

Conselho Federal de Serviço Social CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília, 2010.

_____. CFESS. Resolução nº 383. In:**Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

_____. CFESS. Resolução nº 533. In:**Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

COSTA, E. da T. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABESS (Orgs.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/429f4p9h466ylSR97U4f.pdf>> Acesso em 09 de set. de 2017.

CRUZ, E. de A. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2013.

CUNHA, T. de A. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2015.

DAMASCENO, I. S. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2007.

DIAS, C. P. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2007.

FALEIROS, V. de Paula. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão em movimento? In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 84, 2005.

FRAGA, C. K. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/04.pdf>> Acesso em: 14 ago de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2008.

GÓES, M. do C. de. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2013.

GOMES, L. V. B.; LEITE, M. C. T.; BELFORT, S. R. C. **Protocolo do Serviço Social nas Redes de Saúde do SUS/Aracaju**. Aracaju, 2016.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Serviço Social, Direitos e competências profissionais. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. ABEPSS/CFESS. 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>> Acesso em: 02 agos. 2016.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Simpósio Mineiro de Assistentes sociais, BH, maio, 2007. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>> Acesso em: 01 agos. 2016 as 14:30.

HILLESHEIM, J. Estágio profissional e precarização do trabalho. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/14174/pdf>> Aceso em 10 de ago. de 2017.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JÚNIOR, W. da S. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2011.

KRÜGER, T. R.. Serviço Social e Saúde: espaços de atuação a partir do sus. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010. Disponível em:<<https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=47814>> Acesso em 03 de set. de 2017.

LIMA, D. M. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2014.

MENEZES, É. L. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2010.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda.In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRA, M. L. G. **A dimensão investigativa e a pesquisa em serviço social: condicionantes da formação em instituições de ensino superior no município de São Paulo.** São Paulo, 2012. 351 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17571>> Acesso em 15 de agos. de 2017.

MORAES, C. A. de S. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde.** 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17771/1/Carlos%20Antonio%20de%20Souza%20Moraes.pdf>> Acesso em 10 de março de 2017.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. ; CARVALHO, M. do C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** 3º ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressões popular, 2011.

_____. **Introdução ao método na teoria Social.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OLIVEIRA, R. F. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica.** *Revista Urutagua*, nº 24, p. 132-146, 2011.

REIS, J. G. dos S. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** São Cristóvão/SE, 2012.

Resolução 024/2010 CONEPE/UFS. Aprova alterações nas Normas Específicas do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado e dá outras providências.

SANTOS, A. de S.; TELES, S. P. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** São Cristóvão/SE, 2015.

SANTOS, C. C. dos; SANTOS, G. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** São Cristóvão/SE, 2015.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria e, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, E. A. dos.; SANTOS, E. de J.; ANCHIETA, M. S. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** São Cristóvão/SE, 2012.

SANTOS, E. C. dos. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** São Cristóvão/SE, 2009.

SANTOS, E. F. L. dos. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2008.

SANTOS, J. S. “**Questão social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 212. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SANTOS, V. L. dos. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. F. C.; MOTA, T. M. da. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2011.

SILVA, E. dos S. **Relatório Final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão/SE, 2015.

SILVA, M. O. da S. e; et al. A pesquisa, a produção do conhecimento dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social. In: DENISE, B. B. de C.; SILVA, M. O. da S. e. (Org) **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

VASAPOLLO, L. **O trabalho e precariedade**: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

APÊNDICE

Dados gerais dos Relatórios

1. Ano
2. Autor/es
3. Supervisores acadêmico e técnico
4. Instituição (campo de estágio)
5. Título do Projeto de intervenção
6. Objeto/foco da intervenção

Roteiro para análise de dados

1. Identificar a terminologia utilizada (dimensão investigativa, pesquisa, atitude investigativa, ação investigativa, etc.).
2. Localizar no relatório aonde aparece a indicação da dimensão investigativa e dos outros termos.
3. Concepções e formas de apresentação – citação direta ou indireta, breve comentário ou não existe – encontradas no relatório sobre pesquisa, dimensão investigativa, ação investigativa.
4. Identificar a utilização de algum procedimento de pesquisa (entrevista, aplicação de questionário, levantamento, outros) apontando com que finalidade está sendo utilizado.